



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

Estatísticas do Emprego

3º Trimestre 2006



Boletins e Folhas de Informação Rápida

FICHA TÉCNICA

Em Abril de 1996 o Fundo Monetário Internacional (FMI) criou o 'Special Data Dissemination Standard' (SDDS) visando reforçar a transparência, integridade, actualidade e qualidade da informação estatística. No âmbito do SDDS é disponibilizada informação sobre: dados macroeconómicos, política de divulgação ao público, política de revisões e metodologias subjacentes à preparação da informação estatística.

Portugal aderiu ao SDDS em Outubro de 1998, podendo ser consultada a informação referente ao nosso país no 'Dissemination Standard Bulletin Board' do FMI, acessível na Internet – <http://dsbb.imf.org>

Em articulação com o calendário de divulgação estabelecido no SDDS, igualmente disponível no referido endereço da Internet, o Instituto Nacional de Estatística publica, em primeira mão, na Internet - www.ine.pt as relevantes estatísticas sobre Contas Nacionais Trimestrais, Índice de Produção Industrial, Inquérito ao Emprego, Índice de Custo do Trabalho, Índice de Preços no Consumidor, Índice de Preços na Produção Industrial, Comércio Internacional e Estimativas da População Residente.

A informação estatística abrangida pelo SDDS relativa a Portugal é compilada pelo Ministério das Finanças, pelo Instituto Nacional de Estatística, pela Bolsa de Valores de Lisboa e pelo Banco de Portugal.

Título

Estatísticas do Emprego 2006

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente da Direcção

Alda de Caetano Carvalho

Capa

DDC - Departamento de Difusão e Clientes

Composição

DES - Departamento de Estatísticas Sociais

ISSN 0872-7570

Depósito legal n.º: 77257/94

Periodicidade Trimestral

O INE na Internet

www.ine.pt

Serviço de Apoio ao Cliente 808 201 808

ESTATÍSTICAS DO EMPREGO – 3º TRIMESTRE DE 2006

ÍNDICE

Resumo – <i>Abstract</i>	2
Nota introdutória.....	3
Sinais convencionais, símbolos, siglas, abreviaturas e esclarecimentos aos utilizadores	4
1. Análise dos resultados	5
1.1. População activa.....	5
1.2. População empregada.....	5
1.3. População desempregada	7
1.4. População inactiva	9
1.5. Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho.....	10
1.6. Regiões NUTS II	11
2. Quadros de resultados	13
3. Notas metodológicas.....	29
4. Conceitos	32
5. Outra informação disponível.....	35
6. Tema em análise: <i>Medidas alternativas à taxa de desemprego oficial: a consideração dos inactivos desencorajados e do subemprego visível</i>	37

RESUMO – ABSTRACT

De acordo com os resultados do Inquérito ao Emprego relativos ao 3º trimestre de 2006, a população activa em Portugal aumentou 0,8%, correspondendo a 44,8 mil indivíduos, face ao trimestre homólogo de 2005. Para este acréscimo homólogo são de destacar os seguintes resultados: o aumento no número de activos do sexo feminino (22,9 mil indivíduos), no número de activos com 35 e mais anos (64,9 mil) e no número de activos com nível de escolaridade completa correspondente ao ensino secundário ou pós-secundário (39,3 mil) e superior (21,5 mil). A taxa de actividade da população em idade activa (15 e mais anos) atingiu os 62,6%.

A população empregada aumentou 1,1% (57,3 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2005, e 0,1% (6,5 mil), face ao trimestre anterior. Para a evolução homóloga referida contribuíram os seguintes resultados: o aumento no número de homens empregados (36,2 mil), de empregados com 35 e mais anos (73,0 mil), com nível de instrução secundário e pós-secundário (60,3 mil), a trabalhar no sector dos serviços (38,1 mil), por conta de outrem com contrato de trabalho com termo (85,2 mil) e a tempo completo (46,7 mil). A taxa de emprego da população em idade activa (15 e mais anos) fixou-se nos 58,0%, no 3º trimestre de 2006.

No 3º trimestre de 2006, o número de desempregados ascendeu a 417,4 milhares de indivíduos. A população desempregada diminuiu 2,9% (12,5 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2005, mas aumentou 2,9% (11,8 mil), face ao trimestre anterior. Para o decréscimo homólogo do desemprego contribuíram essencialmente os seguintes resultados: a diminuição no número de desempregados do sexo masculino (14,3 mil), de indivíduos com idade igual ou superior a 45 anos (6,8 mil), com nível de escolaridade correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico (13,0 mil), à procura de novo emprego (11,7 mil), cujo ramo da última actividade era a indústria, construção, energia e água (5,0 mil) ou os serviços (6,0 mil) e de longa duração (6,9 mil) – à procura de emprego há 12 ou mais meses. A taxa de desemprego fixou-se nos 7,4%, tendo descido 0,3 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre homólogo e subido 0,1% p.p. face ao trimestre anterior.

A população inactiva com 15 e mais anos diminuiu 0,4% (11,9 mil indivíduos) face ao trimestre homólogo de 2005. A taxa de inactividade (15 e mais anos) foi de 37,4%.

According to the Labour Force Survey results for the 3rd quarter 2006, the labour force in Portugal increased 0.8%, corresponding to 44.8 thousand individuals, when compared with that of the 3rd quarter 2005. For that increase, the following results should be highlighted: the increase in the number of the active females (22.9 thousand individuals), in the number of the active aged 35 years old and over (64.9 thousands), and in the number of active people who attained an intermediate (secondary or post-secondary) level of schooling (39.3 thousands) or a higher level (21.5 thousands). The working age participation rate (15 years old and over) reached 62.6%.

In the 3rd quarter 2006, the number of people employed increased 1.1% (57.3 thousand individuals), when compared with that of the 3rd quarter 2005, and 0.1% (6.5 thousands), when compared with that of the previous quarter. Concerning the former increase, the following results should be highlighted: the increase in the number of males employed (36.2 thousands), in the number of employed with 35 years old and over (73.0 thousands), in those who completed a secondary, post-secondary or a higher level of schooling (60.3 thousands), working in the services activity sector (38.1 thousands), as an employee with a temporary contract (85.2 thousands) and working full-time (46.7 thousands). The working age employment rate (15 years old and over) was 58.0%.

In the 3rd quarter 2006, the unemployment level was 417.4 thousand individuals. The number of unemployed people decreased by 2.9% (12.5 thousands), when compared with that of the 3rd quarter 2005, but rose 2.9% (11.8 thousands), when compared with the previous one. The following results contributed most for the former decrease: the decrease in the number of male unemployed (14.3 thousands), unemployed with 45 years old and over (6.8 thousands), who completed a lower level of education (13.0 thousands), who were searching for a new job (11.7 thousands), coming from industry, construction, energy and water (5.0 thousands) or from the services sector (6.0 thousands), and searching for a job for 12 months or over (long term unemployment; 6.9 thousands). The unemployment rate was 7.4%, down 0.3 percentage points (p.p.) from the same quarter of 2005 and up 0.1 p.p. from the previous quarter.

In the 3rd quarter 2006, the inactive population of 15 and more years old decreased 0.4% (11.9 thousands), when compared with that of the same quarter of 2005. The working age economic inactivity rate (15 years old or over) was 37.4%.

NOTA INTRODUTÓRIA

Nesta publicação estão reunidos as principais estimativas obtidas a partir do Inquérito ao Emprego realizado durante o 3º trimestre de 2006. Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas independentes da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001.

O Instituto Nacional de Estatística expressa os seus agradecimentos a todos quantos permitiram a elaboração da presente publicação, nomeadamente às famílias que responderam ao inquérito. Igualmente se agradecem, antecipadamente, quaisquer críticas e sugestões que permitam melhorar futuras edições.

16 de Novembro de 2006

SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E ABREVIATURAS

Sinais convencionais

Siglas e abreviaturas

...	Dado confidencial	CAE-Rev. 2.1	Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 2.1
o	Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada	CNP-94	Classificação Nacional das Profissões, Versão 1994
x	Dado não disponível	C.V.	Coeficiente de variação
*	Dado rectificado	H	Homens
%	Percentagem	HM	Homens e mulheres
-	Resultado nulo	M	Mulheres
		NS/NR	Não sabe / Não responde
		NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
		Nº	Número
		T	Trimestre
		p.p.	Pontos percentuais
		Unid.	Unidade

ESCLARECIMENTOS AOS UTILIZADORES

Notas gerais:

- Por razões de arredondamento, os totais dos quadros do capítulo 2 podem não corresponder à soma das parcelas.
- Os quadros apresentados no capítulo 2 encontram-se disponíveis, em formato Excel, em http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp?pub_cod=260 (sob a designação “Quadros de evolução”). Estes quadros contêm informação relativa aos últimos cinco trimestres. No 4º trimestre de cada ano, são também disponibilizados quadros contendo informação relativa aos últimos anos.
- Para além desses quadros, existe um conjunto adicional de quadros que contemplam outros cruzamentos de variáveis do Inquérito ao Emprego, frequentemente solicitados ao INE, que se encontram disponíveis, em formato Excel, em http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp?pub_cod=260 (sob a designação “Quadros do trimestre”) e cuja descrição consta do capítulo 5. Estes quadros contêm informação relativa ao último trimestre disponível.
- Para aceder a todos estes quadros gratuitamente é necessário solicitar previamente um *login* e uma palavra-chave.

Unidade Orgânica responsável pela realização desta publicação:

Departamento de Estatísticas Sociais – Serviço de Estatísticas do Trabalho

1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

1.1. População activa

(Quadros 2 e 3)

Aumento homólogo da população activa com 35 e mais anos e da mais qualificada, no 3º trimestre de 2006

A população activa em Portugal no 3º trimestre de 2006, estimada em 5 604,7 mil indivíduos, aumentou 0,8% face ao trimestre homólogo de 2005 (abrangendo 44,8 mil indivíduos) e 0,3% face ao trimestre anterior (18,3 mil).

No Gráfico 1, apresenta-se a decomposição do crescimento homólogo da população activa (0,8%) nas suas várias componentes, separadamente: população empregada e desempregada, sexos, grupos etários e níveis de escolaridade completa. A sua leitura¹ permite conhecer a parte que cada componente representa naquele crescimento, uma vez que a soma dos contributos das componentes de cada um dos grupos populacionais iguala a variação homóloga da população activa. Por exemplo, o aumento do número de homens activos, em termos homólogos, representou 48,9% do aumento da população activa, enquanto que o de mulheres representou 51,1%. Estes valores permitem apurar que a taxa de variação homóloga da população activa (0,8%) resulta da soma de contributos quase iguais do emprego de mulheres (0,4 pontos percentuais, p.p.) e de homens (0,4 p.p.), independentemente da taxa de variação homóloga que cada um daqueles grupos tenha registado.

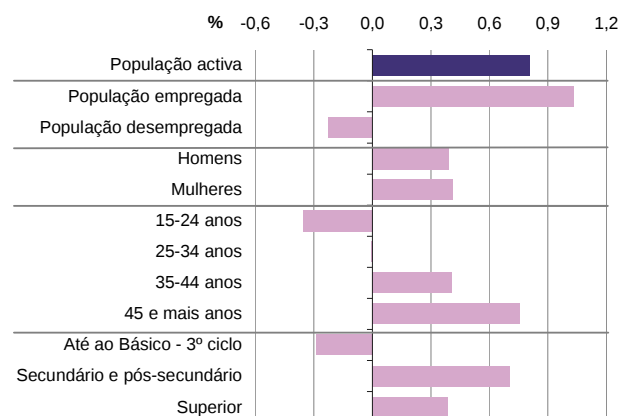
Para o acréscimo homólogo da oferta de mão-de-obra contribuiu exclusivamente o aumento da população empregada (57,3 mil), uma vez que a desempregada diminuiu (12,5 mil).

Numa análise por grupo etário, verifica-se que, face ao trimestre homólogo de 2005, o crescimento da população activa foi sustentado exclusivamente pelo aumento da população activa com 35 e mais anos. A população activa jovem (15 a 24 anos) registou um decréscimo de 3,5% (19,7 mil indivíduos), enquanto que a população activa com 35 ou mais anos aumentou num total de 64,9 mil indivíduos.

O número de activos com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino secundário e pós-secundário e ao ensino superior aumentou, face ao trimestre homólogo de 2005, 4,9% e 2,9%, respectivamente (abrangendo 39,3 mil e 21,5 mil indivíduos), enquanto que o número dos que possuem uma qualificação correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico diminuiu 0,4% (16,1 mil).

¹ Consultar o capítulo 4. Conceitos.

Gráfico 1: Contributos para a taxa de variação homóloga da população activa no 3º trimestre de 2006



A taxa de actividade da população em idade activa (15 e mais anos) foi de 62,6%, no 3º trimestre de 2006. O aumento da taxa de actividade, de 0,3 p.p. face ao trimestre homólogo de 2005, resultou de a população activa ter aumentado, em termos relativos, mais do que população total em idade activa (0,8% contra 0,4%).

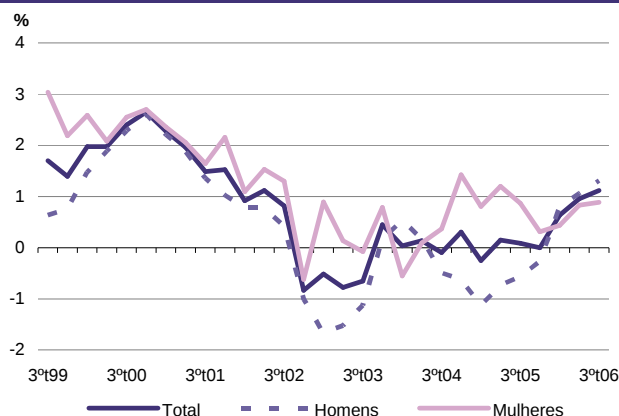
A taxa de actividade dos homens em idade activa excedeu a das mulheres em 13,6 p.p.. Por outro lado, a taxa de actividade dos jovens (dos 15 aos 24 anos), que ascendeu a 43,4% no 3º trimestre de 2006, corresponde a menos de metade das taxas dos dois grupos etários seguintes: 25 a 34 anos e 35 a 44 anos.

1.2. População empregada

(Quadros 4 a 8)

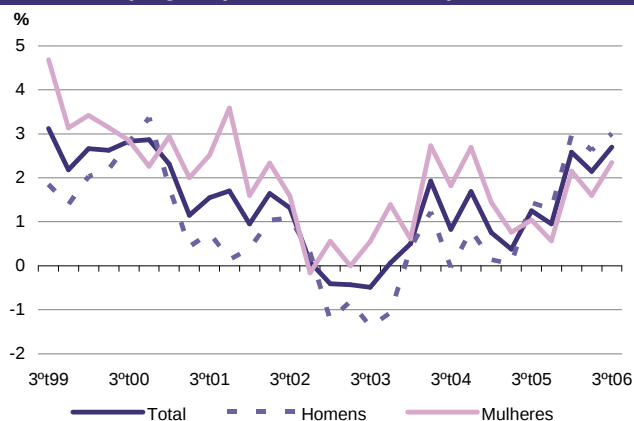
Homens, indivíduos com 35 e mais anos, com maiores níveis de escolaridade, do sector dos serviços, a trabalhar por conta de outrem e a tempo completo explicam o acréscimo homólogo da população empregada, no 3º trimestre de 2006

A população empregada, estimada em 5 187,3 mil indivíduos no 3º trimestre de 2006, registou um crescimento homólogo de 1,1% (57,3 mil indivíduos) e trimestral de 0,1% (6,5 mil). O emprego aumentou 0,9%, em termos homólogos, no caso das mulheres, o que ficou abaixo do aumento registado para os homens (1,3%). Face ao trimestre anterior, o emprego de mulheres permaneceu praticamente inalterado, enquanto que o dos homens aumentou 0,3%.

Gráfico 2: Taxa de variação homóloga da população empregada por sexo

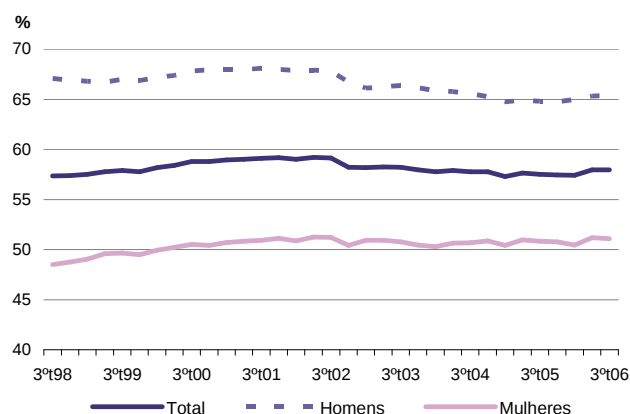
A população empregada por conta de outrem em Portugal era de 3 934,7 mil indivíduos, no 3º trimestre de 2006, correspondendo a três quartos da população empregada total.

Face ao trimestre homólogo de 2005, assistiu-se a um crescimento no número de trabalhadores por conta de outrem de 2,7% (103,4 mil indivíduos), enquanto que face ao trimestre anterior o aumento foi menor (1,0%, correspondendo a 39,6 mil indivíduos). A variação homóloga registada foi maior do que a observada para a população empregada total e foi observada em ambos os sexos, embora de forma mais acentuada no caso dos homens (3,0%, o que corresponde a 61,1 mil indivíduos).

Gráfico 3: Taxa de variação homóloga da população empregada por conta de outrem por sexo

A taxa de emprego (15 e mais anos) situou-se nos 58,0% no 3º trimestre de 2006. Este valor foi superior ao do trimestre homólogo, em 0,5 p.p., mas igual ao do trimestre anterior. Para o acréscimo homólogo do indicador contribuiu o facto da população empregada ter aumentado (1,1%) relativamente mais do que a população em idade activa (0,4%). Também a este nível, existe uma discrepância entre as taxas de emprego específicas de cada sexo: a taxa de emprego dos homens (65,4%), no

trimestre em análise, excedeu a das mulheres (51,1%) em 14,3 p.p..

Gráfico 4: Taxa de emprego por sexo

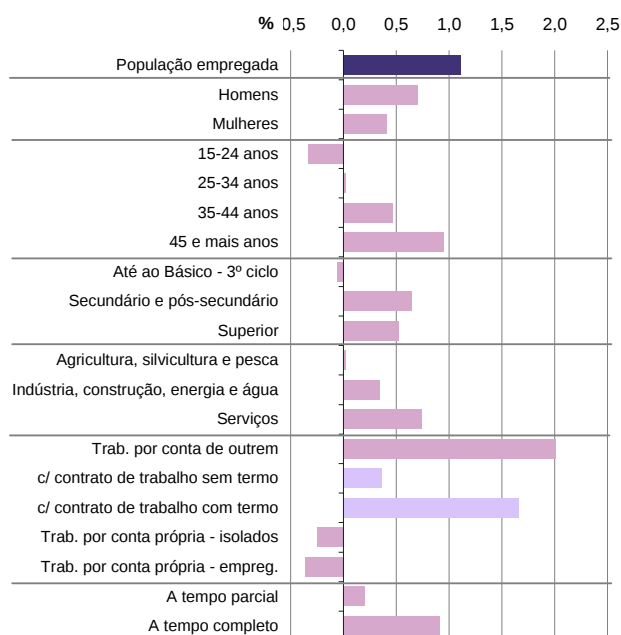
Para a evolução homóloga da população empregada contribuíram essencialmente os seguintes agregados (Gráfico 5):

- População empregada de homens, que aumentou 1,3% (36,2 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo, e de mulheres, que aumentou 0,9% (21,0 mil).
- População empregada com 35 e mais anos. Em particular, destacam-se os grupos dos empregados dos 35 aos 44 anos, cujo número cresceu 1,9% (24,1 mil indivíduos), e dos 45 aos 64 anos, que aumentou 2,3% (38,7 mil). A população empregada jovem (15 a 24 anos), pelo contrário, diminuiu 3,6% (17,0 mil).
- População empregada com nível de escolaridade completo correspondente ao secundário e pós-secundário e ao superior. Com efeito, o número de empregados com nível de instrução secundário e pós-secundário aumentou 4,5% (33,2 mil indivíduos) e o número de empregados com nível de instrução superior aumentou 4,0% (27,1 mil), enquanto que o número de empregados com, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico completo diminuiu 0,1% (3,1 mil).
- População empregada nos serviços, que aumentou 1,3% (38,1 mil indivíduos). Nos restantes sectores analisados, a população empregada também aumentou, embora o crescimento tivesse sido menor: 0,2%, na agricultura, silvicultura e pesca (1,3 mil), e 1,1%, na indústria, construção, energia e água (17,8 mil).
- Trabalhadores por conta de outrem, sobretudo aqueles com contrato de trabalho com termo. O número de trabalhadores por conta de outrem aumentou 2,7% (103,4 mil indivíduos), tendo diminuído o número de empregados nas restantes situações na profissão. O número de trabalhadores possuidores de um contrato com termo, que representavam pouco mais de 1/5 do emprego por

conta de outrem no 3º trimestre de 2006, constituiu a fonte principal de variação da população empregada por conta de outrem: assistiu-se a um aumento de 85,2 mil empregados com contratos com termo, o que corresponde a 82,4% do aumento registado na população empregada por conta de outrem. Note-se, porém, que o número de trabalhadores com contrato sem termo também contribuiu positivamente para a variação homóloga do emprego por conta de outrem, abrangendo 18,7 mil indivíduos e representando 18,1% daquele aumento.

- Trabalhadores a tempo completo, cujo número aumentou 2,9% (46,7 mil indivíduos). Este tipo de trabalho constituiu a fonte principal do aumento da população empregada, considerando que o número de trabalhadores a tempo parcial aumentou mais moderadamente (10,6 mil). Do acréscimo no número de trabalhadores a tempo completo, 54,7% eram homens.

Gráfico 5: Contributos para a taxa de variação homóloga da população empregada no 3º trimestre de 2006



O número de indivíduos a trabalhar involuntariamente abaixo da duração normal de trabalho, que se designa por subemprego visível, registou um acréscimo homólogo de 10,7% (6,2 mil indivíduos) e trimestral de 2,7% (1,7 mil).

O aumento homólogo no subemprego visível abrangeu o mesmo número de homens e mulheres (3,1 mil indivíduos em cada caso). O subemprego visível, correspondente a 64,3 mil indivíduos no 3º trimestre de 2006, era composto essencialmente por mulheres (71,9%).

1.3. População desempregada

(Quadros 9 a 13)

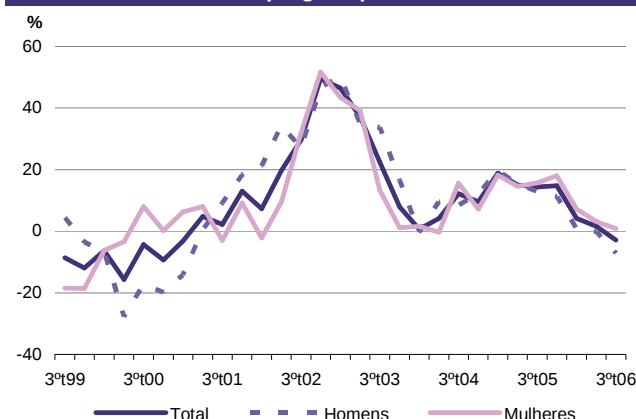
Homens, indivíduos com 45 e mais anos, à procura de novo emprego e à procura de emprego há um ano ou mais explicam o decréscimo homólogo da população desempregada, no 3º trimestre de 2006

A população desempregada em Portugal, estimada em 417,4 mil indivíduos no 3º trimestre de 2006, verificou um decréscimo homólogo de 2,9% (12,5 mil indivíduos) e um aumento trimestral de 2,9% (11,8 mil).

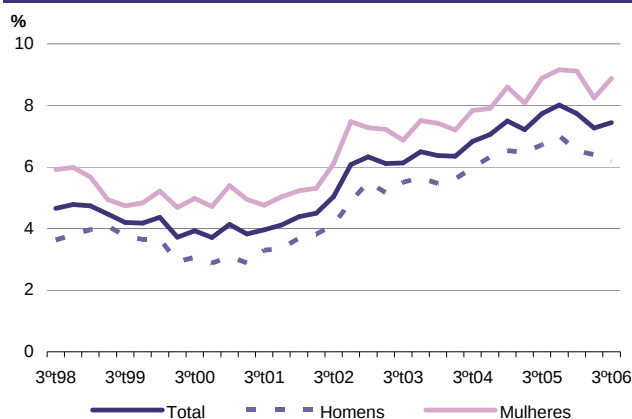
Por sexo, o número de homens desempregados registou um decréscimo homólogo de 7,2% (abrangendo 14,3 mil indivíduos). O desemprego de mulheres aumentou, embora muito ligeiramente.

O aumento trimestral da população desempregada veio inverter a tendência recente que se vinha a esboçar com os decréscimos trimestrais observados nos dois últimos trimestres. O número de homens desempregados diminuiu, face ao trimestre anterior, 3,2%, o que correspondeu a 6,1 mil indivíduos, e o número de mulheres desempregadas aumentou 8,3% (17,9 mil).

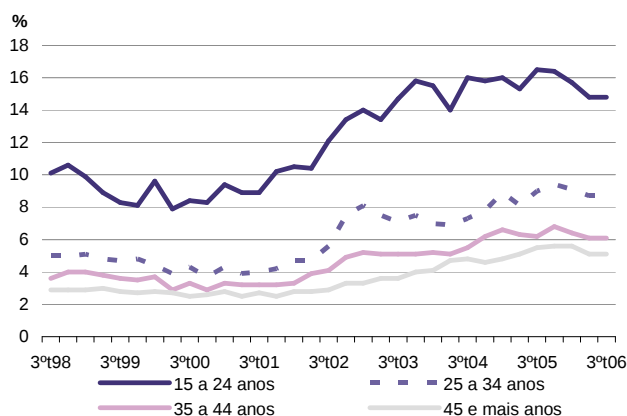
Gráfico 6: Taxa de variação homóloga da população desempregada por sexo



A taxa de desemprego foi de 7,4%, no 3º trimestre de 2006, traduzindo um decréscimo de 0,3 p.p. face ao trimestre homólogo de 2005 e um acréscimo de 0,1 p.p. face ao trimestre anterior. A taxa de desemprego dos homens (6,2%), no trimestre em análise, foi inferior à das mulheres (8,9%) em 2,7 p.p.. Esta discrepância tem-se verificado desde o início da série actual do Inquérito ao Emprego. Acresce que a taxa de desemprego dos homens foi a única a diminuir, quer face ao trimestre anterior, quer face ao homólogo.

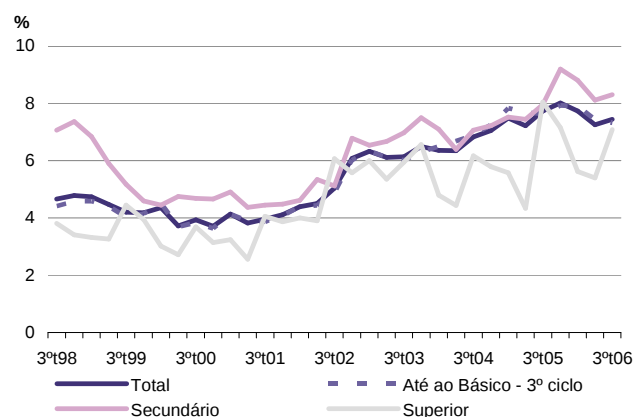
Gráfico 7: Taxa de desemprego por sexo

Ainda no mesmo trimestre, a taxa de desemprego de jovens (15-24 anos) foi de 16,6%, valor ligeiramente superior ao observado no trimestre homólogo de 2005 (em 0,1 p.p.) e ao observado no trimestre anterior (em 1,8 p.p.). Aquela taxa correspondia a mais do dobro da taxa de desemprego global. O número de desempregados jovens representava, no 3º trimestre de 2006, 22,0% do total de desempregados. Esta percentagem é superior à do trimestre anterior (19,7%) e igual à do trimestre homólogo de 2005. Do total de indivíduos jovens, a percentagem que se encontrava em situação de desemprego era de 7,2%, proporção superior à do trimestre anterior (6,3%) e igual à do homólogo.

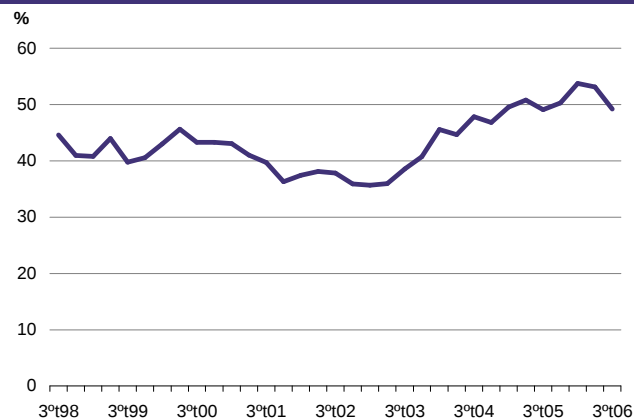
Gráfico 8: Taxa de desemprego por grupo etário

A taxa de desemprego dos indivíduos com nível de escolaridade completo correspondente ao 3º ciclo do ensino básico foi de 7,3%, no 3º trimestre de 2006, valor inferior ao observado para os indivíduos com ensino secundário e pós-secundário (8,3%), mas superior ao observado para os indivíduos com ensino superior (7,1%). A taxa de desemprego dos indivíduos com nível de ensino básico desceu face aos trimestres homólogo e anterior (0,3 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente). A taxa de desemprego dos indivíduos com nível de ensino secundário e pós-secundário aumentou face aos trimestres homólogo e anterior (0,3 p.p. e 0,2 p.p., respectivamente). A taxa de desemprego dos indivíduos

com ensino superior diminuiu 1,0 p.p., face ao trimestre homólogo, mas aumentou 1,7 p.p., face ao trimestre anterior.

Gráfico 9: Taxa de desemprego por nível de escolaridade completo

A taxa de desemprego mais elevada, entre os três níveis de ensino considerados, cabe aos indivíduos com nível de ensino secundário e pós-secundário, enquanto que a mais baixa tem sido observada entre os indivíduos com nível de escolaridade completa correspondente ao ensino superior.

Gráfico 10: Proporção de desempregados de longa duração

O desemprego de longa duração (12 ou mais meses de procura de emprego) diminuiu 3,3% (6,9 mil indivíduos), quando comparado com o do trimestre homólogo do ano anterior, e 4,9% (10,6 mil), quando comparado com o do trimestre anterior. Esta evolução contribuiu para explicar a redução homóloga e trimestral, quer na taxa de desemprego de longa duração (medida pela razão entre o número de desempregados de longa duração e a população activa), quer na incidência do fenómeno (proporção de desempregados de longa duração no total de desemprego). No 3º trimestre de 2006, os indicadores referidos registaram os valores de 3,6% e 48,9%, respectivamente.

Face ao 3º trimestre de 2005, as classes de duração da procura “menos de um mês”, por um lado, e “12 a 24 meses”, por outro, constituíram a fonte exclusiva da diminuição do desemprego, na perspectiva da duração da procura.

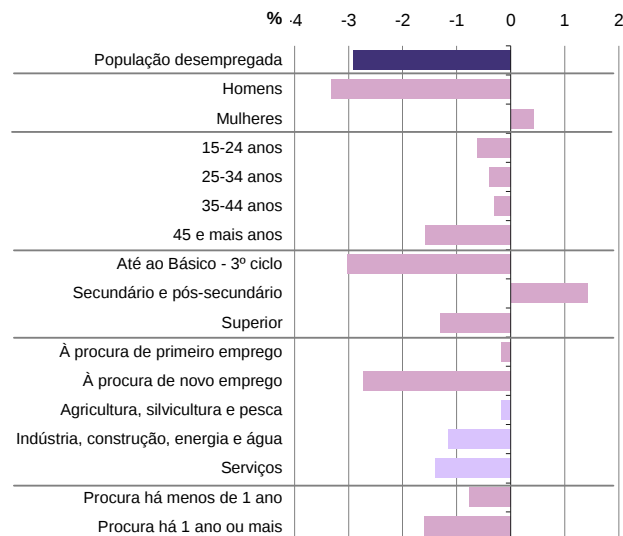
Para a variação homóloga da população desempregada contribuíram essencialmente as variações nos seguintes agregados (Gráfico 11):

- Desemprego de homens, que diminuiu 7,2% (14,3 mil indivíduos). O desemprego de mulheres aumentou ligeiramente.
- População desempregada com 45 e mais anos, que diminuiu 5,9%, abrangendo 6,8 mil indivíduos. Note-se, no entanto, que a população desempregada diminuiu em todos os grupos etários.
- População desempregada com, no máximo, nível de escolaridade básico, que diminuiu 4,3% (13,0 mil indivíduos) e superior, que diminuiu 9,4% (5,6 mil). Por seu turno, o número de desempregados com um nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário e pós-secundário aumentou 9,5% (6,1 mil).
- Desempregados à procura de novo emprego, cujo número diminuiu 3,2% (11,7 mil indivíduos), o que explicou 93,6% da diminuição homóloga do desemprego. Os três sectores de actividade observaram uma diminuição homóloga naquele tipo de desemprego, embora a redução ocorrida nas actividades dos serviços tenha explicado 51,3% da redução do número de desempregados à procura de novo emprego. O número de desempregados à procura de primeiro emprego também diminuiu (1,2%, abrangendo menos de um milhar de indivíduos), embora o seu contributo para a diminuição global do desemprego tenha sido menor.
- Desempregados de longa duração, cujo número diminuiu 3,2% (6,8 mil). O número de desempregados de curta duração também diminuiu (1,5%; 3,3 mil) embora o seu contributo para a redução homóloga do desemprego tenha sido menor.

O aumento trimestral da taxa de desemprego (de 0,1 p.p.) resultou do efeito conjugado do aumento da população desempregada (de 2,9%, abrangendo 11,8 mil indivíduos) acompanhado por um aumento, mais moderado, da população empregada (0,1%, abrangendo 6,5 mil indivíduos).

O aumento trimestral da população desempregada ocorreu nos seguintes grupos populacionais: mulheres; indivíduos com idade inferior a 35 anos; indivíduos com nível de escolaridade correspondente ao secundário e pós-secundário e ao superior; indivíduos à procura de primeiro emprego; indivíduos desempregados de curta duração.

Gráfico 11: Contributos para a taxa de variação homóloga da população desempregada no 3º trimestre de 2006



1.4. População inactiva

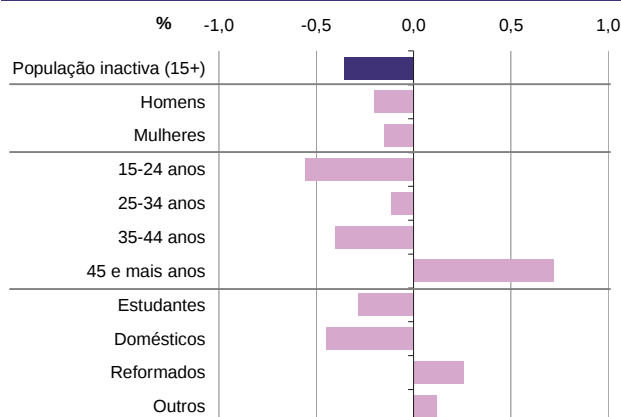
(Quadro 14)

Redução homóloga no número de inactivos com 15 e mais anos explicada por diminuições em ambos os sexos, por indivíduos com menos de 45 anos e por estudantes e domésticos, no 3º trimestre de 2006

A população inactiva em Portugal, no 3º trimestre de 2006, era composta por 4 986,4 mil indivíduos, tendo diminuído 0,5% face ao trimestre homólogo de 2005 (22,6 mil indivíduos) e 0,1% face ao trimestre anterior (6,8 mil).

A população inactiva com 15 e mais anos era, no 3º trimestre de 2006, composta por 3 346,2 mil indivíduos (67,1% do total de inactivos), o que se traduziu numa taxa de inactividade de 37,4%.

Face ao trimestre homólogo de 2005, a população inactiva com 15 e mais anos diminuiu 0,4% (11,9 mil indivíduos), o que foi simultaneamente determinado pela redução de 0,5% de inactivos homens (6,8 mil) e de 0,2% de mulheres (5,1 mil). No 3º trimestre de 2006, 61,2% da população inactiva com 15 e mais anos eram mulheres.

Gráfico 12: Contributos para a taxa de variação homóloga da população inactiva com 15 e mais anos no 3º trimestre de 2006

No 3º trimestre de 2006, o número de indivíduos inactivos disponíveis para trabalhar era de 90,2 mil, tendo aumentado 14,8% (11,6 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2005, e 7,6% (6,4 mil), em relação ao trimestre anterior. O número de inactivos disponíveis, no trimestre em análise, representava 2,7% da população inactiva com 15 e mais anos e 66,5% eram mulheres.

O número de inactivos desencorajados ascendeu a 35,9 mil indivíduos no 3º trimestre de 2006, tendo subido 5,0% (1,7 mil indivíduos) face ao trimestre homólogo e 5,6% face ao anterior (1,9 mil). No 3º trimestre de 2006, o número de inactivos desencorajados representava 1,1% da população inactiva com 15 e mais anos e 67,4% eram mulheres.

O acréscimo homólogo no número de inactivos disponíveis foi explicado essencialmente pelo aumento de mulheres naquela situação: 81,9% daquele acréscimo foi explicado pelo aumento inactivos disponíveis do sexo feminino. O acréscimo homólogo no número de inactivos desencorajados foi explicado exclusivamente pelo aumento de mulheres naquela situação.

1.5. Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho

Neste capítulo, apresenta-se uma análise dos fluxos de indivíduos com 15 e mais anos, ocorridos entre o 2º e o 3º trimestres de 2006, entre três estados do mercado de trabalho que correspondem a diferentes condições perante o trabalho: emprego, desemprego e inactividade. Estes fluxos são estimados tendo por referência as respostas dos indivíduos entrevistados simultaneamente no 2º trimestre de 2006 e no 3º trimestre de 2006, o que corresponde a utilizar os 5/6 da amostra do Inquérito ao Emprego comuns nos dois trimestres.

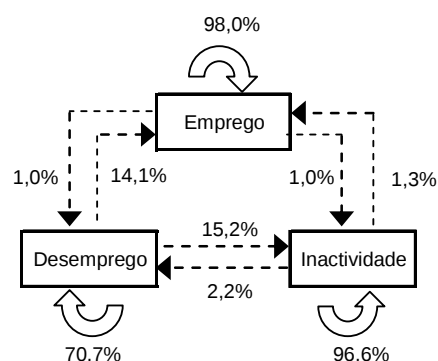
Os valores relativos aos fluxos de indivíduos, ocorridos entre dois quaisquer estados, que são apresentados no quadro A e no diagrama, correspondem às proporções de

indivíduos que inicialmente se encontravam em cada estado, no 2º trimestre de 2006, que transitaram para outro estado, no 3º trimestre de 2006. Assim sendo, em cada linha do quadro está representada a distribuição, no 3º trimestre de 2006, dos indivíduos que se encontravam em cada um dos estados considerados no 2º trimestre de 2006.

Entre o 2º e o 3º trimestres de 2006, 1,0% dos indivíduos que estavam inicialmente empregados transitaram para uma situação de desemprego e a mesma percentagem transitou para a inactividade, totalizando 2,0% a proporção de empregados que deixaram de o ser no 3º trimestre de 2006 (98,0% permaneceram empregados). Nos fluxos ocorridos entre o 1º e o 2º trimestre de 2006, a percentagem dos que saíram do emprego tinha sido menor (1,7%).

Quadro A: Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % do estado inicial)

3ºt2006	Emprego	Desemprego	Inactividade	Total 2ºt2006
2ºt2006				
Total				
Emprego	98,0	1,0	1,0	100
Desemprego	14,1	70,7	15,2	100
Inactividade	1,3	2,2	96,6	100
Total 3ºt2006	58,1	4,5	37,4	100
Homens				
Emprego	98,5	0,8	0,7	100
Desemprego	15,9	69,4	14,6	100
Inactividade	1,0	2,0	97,0	100
Total 3ºt2006	65,6	4,1	30,2	100
Mulheres				
Emprego	97,3	1,2	1,4	100
Desemprego	12,4	71,8	15,8	100
Inactividade	1,4	2,3	96,3	100
Total 3ºt2006	51,2	4,8	44,0	100

Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % do estado inicial)

As saídas do desemprego entre os dois trimestres foram, em termos relativos, mais intensas do que as saídas do emprego, facto que resulta da própria natureza do desemprego (estado transitório, por definição). Do total de indivíduos que se encontravam desempregados no 2º trimestre de 2006, 29,3% abandonaram essa situação no trimestre seguinte, sendo que 14,1% se tornaram empregados e 15,2% transitaram para a inactividade. A

percentagem dos indivíduos que transitaram do desemprego para o emprego foi um pouco maior do que a que tinha sido observada nos fluxos do 1º trimestre para o 2º trimestre de 2006 (13,9%), enquanto que a percentagem dos que transitaram para a inactividade foi menor (tinha sido 16,6%).

Do total de indivíduos com 15 e mais anos que eram considerados inactivos no 2º trimestre de 2006, 1,3% transitaram para o emprego e 2,2% transitaram para o desemprego, no trimestre seguinte. A primeira percentagem é menor do que a registada nos fluxos do 1º para o 2º trimestre de 2006, enquanto que a segunda é maior.

As mulheres apresentaram, no período em análise, em relação aos homens, maiores taxas de transição para a inactividade (quer provenientes do emprego, quer do desemprego). Os homens apresentaram uma maior taxa de transição do desemprego para o emprego, bem como uma maior taxa de permanência no emprego, entre o 2º e o 3º trimestres de 2006. Por seu turno, as mulheres apresentaram uma maior taxa de transição da inactividade para o emprego. A taxa de permanência no desemprego, bem como as taxas de transição para o desemprego (quer provenientes do emprego, quer da inactividade) são mais elevadas nas mulheres.

No quadro B apresentam-se os fluxos trimestrais entre os mesmos estados considerados anteriormente, mas em proporção da população em idade activa (população com 15 e mais anos). A imposição de um denominador comum a todas as transições entre estados permite calcular fluxos líquidos entre estados (entradas menos saídas de cada estado, em percentagem da população em idade activa).

Quadro B: Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % da população com 15 e mais anos)					
2ºt2006	3ºt2006	Emprego	Desemprego	Inactividade	Fluxos de saída
Total					
	Emprego	57,03	0,57	0,60	1,17
	Desemprego	0,61	3,08	0,66	1,28
	Inactividade	0,47	0,81	36,15	1,28
	Fluxos de entrada	1,09	1,38	1,27	
Homens					
	Emprego	64,62	0,49	0,47	0,96
	Desemprego	0,70	3,04	0,64	1,34
	Inactividade	0,30	0,61	29,14	0,90
	Fluxos de entrada	0,99	1,10	1,11	
Mulheres					
	Emprego	50,06	0,64	0,73	1,37
	Desemprego	0,54	3,13	0,69	1,22
	Inactividade	0,64	1,00	42,59	1,64
	Fluxos de entrada	1,18	1,64	1,42	

Entre o 2º e o 3º trimestres de 2006, os fluxos do emprego para o desemprego representavam 0,57% da população

em idade activa, um pouco inferior àquilo que representavam os fluxos do emprego para a inactividade (0,60%), perfazendo um total de 1,17% de saídas do emprego (em percentagem da população em idade activa). As entradas no emprego provenientes do desemprego foram estimadas em 0,61% da população em idade activa e as provenientes da inactividade em 0,47%. Em consequência, entre os dois trimestres assistiu-se a um fluxo líquido negativo do emprego de 0,08%.

A diminuição líquida no emprego foi observada apenas entre as mulheres (estimado em -0,19%). No caso dos homens, assistiu-se a um fluxo líquido positivo do emprego de 0,03%.

O fluxo líquido do desemprego foi positivo (estimado em 0,10% da população em idade activa), o que resulta do total de entradas (1,38%) ter sido superior ao total das saídas (1,28%). A importância das entradas no desemprego de indivíduos provenientes da inactividade (0,81% da população em idade activa) foi superior à de indivíduos anteriormente empregados (0,57%). As saídas do desemprego com destino à inactividade (0,66%) foram superiores àquelas com destino ao emprego (0,61%).

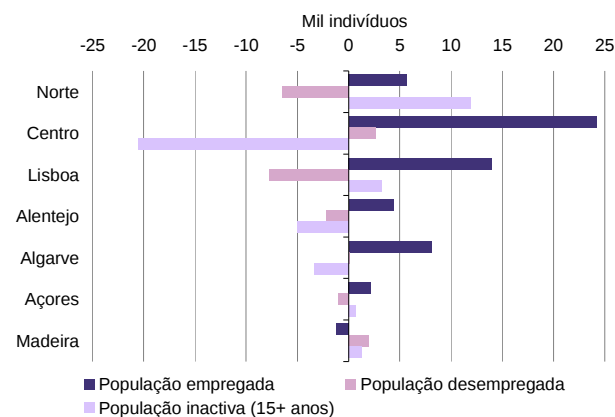
Entre o 2º e o 3º trimestres de 2006, há ainda a assinalar diferenças substanciais por sexo dos fluxos líquidos dos estados desemprego e inactividade. Os homens registaram um fluxo líquido negativo no desemprego (-0,24%) e positivo no emprego (0,03%) e na inactividade (0,21%). As mulheres registaram um fluxo líquido positivo no desemprego (0,42%) e negativo no emprego (-0,19%) e na inactividade (-0,22%).

1.6. Regiões NUTS II

(Quadros 15 e 16)

No 3º trimestre de 2006, os maiores decréscimos absolutos homólogos no número de desempregados ocorreram nas regiões Lisboa e Norte

Gráfico 13: Variação homóloga da população empregada, desempregada e inactiva com 15 e mais anos por região NUTS II



O 3º trimestre de 2006 caracterizou-se por um aumento da população activa, face ao trimestre homólogo de 2005, de 0,8% (abrangendo 44,8 mil indivíduos). O aumento da população activa ocorreu em todas as regiões NUTS II de Portugal, com excepção do Norte onde esta se manteve praticamente inalterada. Deste aumento da população activa, 60,0% (correspondendo a 26,9 mil indivíduos) ocorreu no Centro, região de residência de 24,4% da população activa do país no 3º trimestre de 2006. As duas componentes da população activa, emprego e desemprego, no entanto, evoluíram de forma diferenciada nas sete regiões (Gráfico 13).

Na região Norte, o número de empregados aumentou 0,3% face ao trimestre homólogo (5,7 mil indivíduos) e o de desempregados diminuiu 3,7%, abrangendo 6,5 mil indivíduos. A conjugação da evolução destas duas variáveis determinou a redução na taxa de desemprego da região, de 8,8%, no 3º trimestre de 2005, para 8,5%, no 3º trimestre de 2006. A região Norte continuou a registar a taxa de desemprego mais elevada do país a seguir ao Alentejo. O número de residentes na região Norte na situação de desemprego, no 3º trimestre de 2006, era de 167,7 mil indivíduos, representando 40,2% do total de desempregados no país, e o de empregados era de 1 809,0 mil indivíduos, o que correspondia a 34,9% da população empregada no país.

A região Centro destacou-se, no 3º trimestre de 2006, por registar simultaneamente o maior acréscimo absoluto homólogo da população empregada do país (24,2 mil indivíduos, ao que se associa uma taxa de variação de 1,9%), bem como o maior acréscimo da população desempregada (2,7 mil indivíduos e uma taxa de variação de 3,7%). A taxa de desemprego aumentou, de 5,4%, no 3º trimestre de 2005, para 5,5%, no 3º trimestre de 2006. Nesta região residiam 25,0% dos empregados do país e 17,9% dos desempregados.

Lisboa, tal como o Norte, o Alentejo, os Açores e, em termos globais, Portugal, registou, no 3º trimestre de 2006, um acréscimo homólogo na população empregada (de 1,1%, abrangendo 14,0 mil indivíduos – o segundo maior acréscimo absoluto de empregados do país, a seguir ao Centro) acompanhado por uma redução no número de desempregados, de 6,1% (7,7 mil). A taxa de desemprego diminuiu de 9,0%, no 3º trimestre de 2005, para 8,4%, no 3º trimestre de 2006. Em Lisboa residiam

25,2% dos empregados do país e 28,6% dos desempregados.

No Alentejo, a população empregada aumentou 1,3% (4,4 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2005, e a população desempregada diminuiu 6,2% (2,2 mil). Em consequência, a taxa de desemprego desceu, passando de 9,4%, no 3º trimestre de 2005, para 8,7%, no 3º trimestre de 2006. O Alentejo destacou-se, entre as regiões NUTS II do país, por apresentar a maior taxa de desemprego.

O Algarve registou um aumento homólogo na população empregada, de 4,1%, o que abrangeu 8,1 mil indivíduos, e uma manutenção da população desempregada. A taxa de desemprego passou de 5,3%, no 3º trimestre de 2005, para 5,1%, no 3º trimestre de 2006.

Nestas duas regiões, Alentejo e Algarve, residiam 10,7% dos empregados do país e 10,6% dos desempregados.

Face ao trimestre anterior, o acréscimo na taxa de desemprego do país, de 0,1 p.p., foi acompanhado por acréscimos nas taxas de desemprego de todas as regiões NUTS II, com excepção do Alentejo e da Região Autónoma dos Açores, onde a taxa de desemprego diminuiu 0,2 p.p. e 0,5 p.p., respectivamente. Os maiores acréscimos na taxa de desemprego ocorreram nas na Região Autónoma da Madeira e no Centro (1,1 p.p. e 0,4 p.p., respectivamente).

A população inactiva com 15 e mais anos aumentou, face ao trimestre homólogo de 2005, no Norte, em Lisboa e nas Regiões Autónomas, e diminuiu nas restantes regiões. O aumento que mais se destacou, em termos absolutos, foi o do Norte, onde o aumento da população inactiva com 15 e mais anos abrangeu 11,9 mil indivíduos. O maior decréscimo absoluto no número de inactivos com 15 e mais anos ocorreu no Centro (20,5 mil indivíduos).

A taxa de inactividade aumentou, face ao trimestre homólogo, na região Norte e na Região Autónoma da Madeira (0,3 p.p. e 0,2 p.p., respectivamente), diminuiu no Centro, no Alentejo e no Algarve (1,1 p.p., 0,6 p.p. e 1,5 p.p.) e manteve-se nas restantes regiões. As maiores taxas de inactividade, no 3º trimestre de 2006, pertenciam à Região Autónoma dos Açores (42,9%) e ao Alentejo (42,3%), enquanto que as menores taxas foram registadas no Centro (33,0%) e no Norte (37,0%).

2. QUADROS DE RESULTADOS

1. População total por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	15
2. População activa por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	16
3. Taxa de actividade por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	17
4. População empregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	18
5. Taxa de emprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	19
6. População empregada por sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1) e sexo	20
7. População empregada por profissão principal (CNP-94), situação na profissão e sexo	21
8. População empregada total e por conta de outrem por regime de duração do trabalho e sexo, população empregada por conta de outrem por tipo de contrato de trabalho e sexo e subemprego visível por sexo	22
9. População desempregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	23
10. Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	24
11. População desempregada por duração da procura de emprego	24
12. Taxas de desemprego por duração da procura de emprego	25
13. População desempregada à procura de primeiro emprego e de novo emprego por sector da última actividade (CAE-Rev. 2.1)	25
14. População inactiva	26
15. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva por região NUTS II (NUTS-2002)	27
16. Taxa de actividade, de emprego, de desemprego e de inactividade por região NUTS II (NUTS-2002)	28

Nota: Estes quadros encontram-se disponíveis, em formato Excel, em

http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp?pub_cod=260 (sob a designação “Quadros de evolução”).

1. População total por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População total	HM	10 569,0	10 585,4	10 571,0	10 579,6	10 591,1	-	0,2	0,1
	H	5 118,6	5 126,5	5 117,1	5 121,8	5 127,7	-	0,2	0,1
	M	5 450,4	5 458,8	5 453,9	5 457,7	5 463,3	-	0,2	0,1
População com 15 e mais anos	HM	8 918,0	8 933,9	8 929,7	8 938,5	8 950,9	-	0,4	0,1
	H	4 271,3	4 279,0	4 274,8	4 280,1	4 286,4	-	0,4	0,1
	M	4 646,7	4 654,9	4 654,9	4 658,5	4 664,5	-	0,4	0,1
Menos de 15 anos	HM	1 651,0	1 651,5	1 641,3	1 641,1	1 640,2	-	-0,7	-0,1
	H	847,2	847,5	842,4	841,8	841,4	-	-0,7	0
	M	803,7	804,0	798,9	799,3	798,8	-	-0,6	-0,1
Dos 15 aos 24 anos	HM	1 307,9	1 299,9	1 289,9	1 278,3	1 269,5	-	-2,9	-0,7
	H	666,5	662,4	655,5	650,9	646,4	-	-3,0	-0,7
	M	641,4	637,5	634,3	627,3	623,1	-	-2,9	-0,7
Dos 25 aos 34 anos	HM	1 657,7	1 661,7	1 650,9	1 651,7	1 653,5	-	-0,3	0,1
	H	834,8	836,9	831,4	832,3	833,4	-	-0,2	0,1
	M	822,9	824,9	819,6	819,3	820,0	-	-0,4	0,1
Dos 35 aos 44 anos	HM	1 565,6	1 569,3	1 567,3	1 572,0	1 574,8	-	0,6	0,2
	H	774,9	776,9	777,3	778,9	780,7	-	0,7	0,2
	M	790,7	792,3	790,0	793,1	794,2	-	0,4	0,1
Dos 45 aos 64 anos	HM	2 586,8	2 596,8	2 600,1	2 611,0	2 620,6	-	1,3	0,4
	H	1 241,6	1 246,6	1 249,1	1 253,8	1 258,8	-	1,4	0,4
	M	1 345,2	1 350,2	1 351,0	1 357,2	1 361,8	-	1,2	0,3
Com 65 e mais anos	HM	1 800,0	1 806,2	1 821,4	1 825,7	1 832,5	-	1,8	0,4
	H	753,6	756,2	761,4	764,2	767,1	-	1,8	0,4
	M	1 046,4	1 050,0	1 060,0	1 061,5	1 065,4	-	1,8	0,4
Dos 15 aos 64 anos	HM	7 118,0	7 127,7	7 108,3	7 112,9	7 118,4	-	0	0,1
	H	3 517,7	3 522,8	3 513,3	3 515,9	3 519,3	-	0	0,1
	M	3 600,3	3 604,8	3 594,9	3 596,9	3 599,1	-	0	0,1
Nível de escolaridade completo (15 e mais anos)									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	6 838,7	6 820,4	6 803,5	6 808,9	6 809,0	0,7	-0,4	0
	H	3 345,4	3 336,7	3 322,5	3 328,0	3 324,5	0,8	-0,6	-0,1
	M	3 493,3	3 483,7	3 481,0	3 481,0	3 484,5	0,7	-0,3	0,1
Secundário e pós-secundário	HM	1 220,8	1 238,1	1 242,7	1 237,5	1 239,3	2,0	1,5	0,1
	H	579,3	593,4	596,9	587,7	590,7	2,7	2,0	0,5
	M	641,5	644,6	645,8	649,7	648,6	2,3	1,1	-0,2
Superior	HM	858,5	875,4	883,5	892,2	902,6	3,6	5,1	1,2
	H	346,6	348,9	355,4	364,4	371,2	4,5	7,1	1,9
	M	511,9	526,5	528,1	527,8	531,4	3,5	3,8	0,7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

2. População activa por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População activa	HM	5 559,9	5 581,1	5 556,6	5 586,4	5 604,7	0,4	0,8	0,3
	H	2 967,0	2 979,5	2 972,6	2 987,6	2 988,9	0,5	0,7	0
	M	2 592,9	2 601,6	2 584,0	2 598,9	2 615,8	0,7	0,9	0,7
Dos 15 aos 24 anos	HM	570,4	558,7	546,6	541,5	550,7	1,9	-3,5	1,7
	H	314,3	310,9	304,2	305,4	302,6	2,3	-3,7	-0,9
	M	256,1	247,7	242,4	236,1	248,2	2,8	-3,1	5,1
Dos 25 aos 34 anos	HM	1 484,5	1 496,7	1 485,7	1 481,6	1 484,1	0,5	0	0,2
	H	774,1	776,4	775,3	772,2	771,0	0,6	-0,4	-0,2
	M	710,4	720,3	710,5	709,4	713,1	0,9	0,4	0,5
Dos 35 aos 44 anos	HM	1 385,6	1 395,2	1 396,6	1 409,6	1 408,4	0,5	1,6	-0,1
	H	731,1	734,7	733,4	737,6	737,6	0,5	0,9	-
	M	654,5	660,5	663,2	672,0	670,8	0,8	2,5	-0,2
Dos 45 aos 64 anos	HM	1 793,6	1 803,8	1 805,6	1 819,4	1 826,3	0,7	1,8	0,4
	H	961,5	971,2	973,5	977,8	987,4	0,8	2,7	1,0
	M	832,0	832,6	832,1	841,6	838,9	1,2	0,8	-0,3
Com 65 e mais anos	HM	325,8	326,7	322,2	334,3	335,2	3,5	2,9	0,3
	H	185,9	186,2	186,3	194,5	190,3	3,6	2,4	-2,2
	M	139,9	140,5	135,9	139,8	144,9	4,7	3,6	3,6
Dos 15 aos 64 anos	HM	5 234,1	5 254,4	5 234,5	5 252,1	5 269,5	0,4	0,7	0,3
	H	2 781,1	2 793,3	2 786,3	2 793,0	2 798,6	0,4	0,6	0,2
	M	2 453,0	2 461,1	2 448,2	2 459,1	2 470,9	0,6	0,7	0,5
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	4 009,1	4 000,4	3 968,3	3 984,9	3 993,0	1,0	-0,4	0,2
	H	2 264,1	2 263,1	2 242,8	2 253,1	2 254,6	1,1	-0,4	0,1
	M	1 745,0	1 737,3	1 725,6	1 731,8	1 738,4	1,3	-0,4	0,4
Secundário e pós-secundário	HM	810,2	825,2	835,8	848,7	849,5	2,3	4,9	0,1
	H	401,9	412,1	424,7	424,2	417,5	3,1	3,9	-1,6
	M	408,3	413,2	411,1	424,6	432,1	2,9	5,8	1,8
Superior	HM	740,6	755,5	752,5	752,8	762,1	3,6	2,9	1,2
	H	301,0	304,3	305,1	310,3	316,8	4,7	5,2	2,1
	M	439,6	451,2	447,3	442,5	445,4	3,5	1,3	0,7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

3. Taxa de actividade por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		%						p.p.	
Taxa de actividade	HM	52,6	52,7	52,6	52,8	52,9	0,4	0,3	0,1
	H	58,0	58,1	58,1	58,3	58,3	0,5	0,3	-
	M	47,6	47,7	47,4	47,6	47,9	0,7	0,3	0,3
Taxa de actividade (15 e mais anos)	HM	62,3	62,5	62,2	62,5	62,6	0,4	0,3	0,1
	H	69,5	69,6	69,5	69,8	69,7	0,5	0,2	-0,1
	M	55,8	55,9	55,5	55,8	56,1	0,7	0,3	0,3
Dos 15 aos 24 anos	HM	43,6	43,0	42,4	42,4	43,4	1,9	-0,2	1,0
	H	47,2	46,9	46,4	46,9	46,8	2,3	-0,4	-0,1
	M	39,9	38,9	38,2	37,6	39,8	2,8	-0,1	2,2
Dos 25 aos 34 anos	HM	89,6	90,1	90,0	89,7	89,8	0,5	0,2	0,1
	H	92,7	92,8	93,3	92,8	92,5	0,6	-0,2	-0,3
	M	86,3	87,3	86,7	86,6	87,0	0,9	0,7	0,4
Dos 35 aos 44 anos	HM	88,5	88,9	89,1	89,7	89,4	0,5	0,9	-0,3
	H	94,3	94,6	94,3	94,7	94,5	0,5	0,2	-0,2
	M	82,8	83,4	83,9	84,7	84,5	0,8	1,7	-0,2
Dos 45 aos 64 anos	HM	69,3	69,5	69,4	69,7	69,7	0,7	0,4	-
	H	77,4	77,9	77,9	78,0	78,4	0,8	1,0	0,4
	M	61,9	61,7	61,6	62,0	61,6	1,2	-0,3	-0,4
Com 65 e mais anos	HM	18,1	18,1	17,7	18,3	18,3	3,5	0,2	-
	H	24,7	24,6	24,5	25,5	24,8	3,6	0,1	-0,7
	M	13,4	13,4	12,8	13,2	13,6	4,7	0,2	0,4
Dos 15 aos 64 anos	HM	73,5	73,7	73,6	73,8	74,0	0,4	0,5	0,2
	H	79,1	79,3	79,3	79,4	79,5	0,4	0,4	0,1
	M	68,1	68,3	68,1	68,4	68,7	0,6	0,6	0,3
Nível de escolaridade completo (15 e mais anos)									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	58,6	58,7	58,3	58,5	58,6	0,6	-	0,1
	H	67,7	67,8	67,5	67,7	67,8	0,6	0,1	0,1
	M	50,0	49,9	49,6	49,8	49,9	0,9	-0,1	0,1
Secundário e pós-secundário	HM	66,4	66,7	67,3	68,6	68,5	1,2	2,1	-0,1
	H	69,4	69,4	71,2	72,2	70,7	1,6	1,3	-1,5
	M	63,6	64,1	63,7	65,3	66,6	1,7	3,0	1,3
Superior	HM	86,3	86,3	85,2	84,4	84,4	1,0	-1,9	-
	H	86,8	87,2	85,9	85,2	85,3	1,4	-1,5	0,1
	M	85,9	85,7	84,7	83,8	83,8	1,2	-2,1	-

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

4. População empregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População empregada	HM	5 130,0	5 133,8	5 126,9	5 180,8	5 187,3	0,5	1,1	0,1
	H	2 767,6	2 770,6	2 778,6	2 796,4	2 803,8	0,6	1,3	0,3
	M	2 362,5	2 363,3	2 348,3	2 384,5	2 383,5	0,8	0,9	0
Dos 15 aos 24 anos	HM	476,0	467,2	460,6	461,5	459,0	2,2	-3,6	-0,5
	H	272,1	265,6	261,7	262,0	258,1	2,6	-5,1	-1,5
	M	203,9	201,6	198,9	199,5	200,9	3,4	-1,5	0,7
Dos 25 aos 34 anos	HM	1 350,7	1 355,6	1 350,8	1 352,4	1 352,0	0,7	0,1	0
	H	717,2	716,4	718,2	719,3	725,1	0,9	1,1	0,8
	M	633,5	639,2	632,6	633,1	626,8	1,2	-1,1	-1,0
Dos 35 aos 44 anos	HM	1 299,5	1 299,9	1 307,1	1 323,1	1 323,6	0,7	1,9	0
	H	696,2	696,0	697,8	700,3	701,6	0,8	0,8	0,2
	M	603,3	603,9	609,2	622,8	622,1	1,1	3,1	-0,1
Dos 45 aos 64 anos	HM	1 679,0	1 684,6	1 686,5	1 709,6	1 717,7	0,8	2,3	0,5
	H	897,1	906,4	914,6	920,3	928,9	0,9	3,5	0,9
	M	782,0	778,2	771,9	789,3	788,8	1,4	0,9	-0,1
Com 65 e mais anos	HM	324,8	326,5	322,0	334,2	335,0	3,5	3,1	0,2
	H	185,0	186,2	186,3	194,5	190,1	3,6	2,8	-2,3
	M	139,7	140,3	135,7	139,6	144,9	4,7	3,7	3,8
Dos 15 aos 64 anos	HM	4 805,3	4 807,4	4 804,9	4 846,7	4 852,3	0,5	1,0	0,1
	H	2 582,5	2 584,4	2 592,3	2 601,8	2 613,7	0,6	1,2	0,5
	M	2 222,7	2 223,0	2 212,6	2 244,8	2 238,7	0,8	0,7	-0,3
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	3 703,4	3 683,1	3 654,5	3 688,8	3 700,3	1,1	-0,1	0,3
	H	2 112,7	2 107,0	2 095,5	2 106,9	2 116,2	1,1	0,2	0,4
	M	1 590,7	1 576,1	1 559,0	1 582,0	1 584,1	1,4	-0,4	0,1
Secundário e pós-secundário	HM	745,7	749,3	762,2	779,8	778,9	2,4	4,5	-0,1
	H	375,0	379,4	391,4	394,1	387,0	3,1	3,2	-1,8
	M	370,7	369,9	370,9	385,7	391,9	3,1	5,7	1,6
Superior	HM	681,0	701,4	710,2	712,2	708,1	3,7	4,0	-0,6
	H	279,9	284,2	291,8	295,4	300,5	4,8	7,4	1,7
	M	401,1	417,2	418,4	416,8	407,6	3,6	1,6	-2,2

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

5. Taxa de emprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006		Homóloga	Trimestral
		%						p.p.	
Taxa de emprego	HM	57,5	57,5	57,4	58,0	58,0	0,5	0,5	-
(15 e mais anos)	H	64,8	64,7	65,0	65,3	65,4	0,6	0,6	0,1
	M	50,8	50,8	50,4	51,2	51,1	0,8	0,3	-0,1
Dos 15 aos 24 anos	HM	36,4	35,9	35,7	36,1	36,2	2,2	-0,2	0,1
	H	40,8	40,1	39,9	40,3	39,9	2,6	-0,9	-0,4
	M	31,8	31,6	31,4	31,8	32,3	3,4	0,5	0,5
Dos 25 aos 34 anos	HM	81,5	81,6	81,8	81,9	81,8	0,7	0,3	-0,1
	H	85,9	85,6	86,4	86,4	87,0	0,9	1,1	0,6
	M	77,0	77,5	77,2	77,3	76,4	1,2	-0,6	-0,9
Dos 35 aos 44 anos	HM	83,0	82,8	83,4	84,2	84,0	0,7	1,0	-0,2
	H	89,8	89,6	89,8	89,9	89,9	0,8	0,1	-
	M	76,3	76,2	77,1	78,5	78,3	1,1	2,0	-0,2
Dos 45 aos 64 anos	HM	64,9	64,9	64,9	65,5	65,5	0,8	0,6	-
	H	72,3	72,7	73,2	73,4	73,8	0,9	1,5	0,4
	M	58,1	57,6	57,1	58,2	57,9	1,4	-0,2	-0,3
Com 65 e mais anos	HM	18,0	18,1	17,7	18,3	18,3	3,5	0,3	-
	H	24,6	24,6	24,5	25,5	24,8	3,6	0,2	-0,7
	M	13,4	13,4	12,8	13,2	13,6	4,7	0,2	0,4
Dos 15 aos 64 anos	HM	67,5	67,4	67,6	68,1	68,2	0,5	0,7	0,1
	H	73,4	73,4	73,8	74,0	74,3	0,6	0,9	0,3
	M	61,7	61,7	61,5	62,4	62,2	0,8	0,5	-0,2
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	54,2	54,0	53,7	54,2	54,3	0,7	0,1	0,1
	H	63,2	63,1	63,1	63,3	63,7	0,7	0,5	0,4
	M	45,5	45,2	44,8	45,4	45,5	1,1	-	0,1
Secundário e pós-secundário	HM	61,1	60,5	61,3	63,0	62,8	1,3	1,7	-0,2
	H	64,7	63,9	65,6	67,1	65,5	1,9	0,8	-1,6
	M	57,8	57,4	57,4	59,4	60,4	2,0	2,6	1,0
Superior	HM	79,3	80,1	80,4	79,8	78,5	1,2	-0,8	-1,3
	H	80,8	81,5	82,1	81,1	81,0	1,5	0,2	-0,1
	M	78,4	79,2	79,2	79,0	76,7	1,5	-1,7	-2,3

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

6. População empregada por sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1) e sexo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População empregada	HM	5 130,0	5 133,8	5 126,9	5 180,8	5 187,3	0,5	1,1	0,1
	H	2 767,6	2 770,6	2 778,6	2 796,4	2 803,8	0,6	1,3	0,3
	M	2 362,5	2 363,3	2 348,3	2 384,5	2 383,5	0,8	0,9	0
A a B: Agricultura, silvicultura e pesca	HM	613,8	604,1	596,4	615,0	615,1	4,2	0,2	0
	H	304,4	301,1	309,6	315,1	315,4	4,3	3,6	0,1
	M	309,4	303,0	286,8	299,9	299,7	5,0	-3,1	-0,1
C a F: Indústria, construção, energia e água	HM	1 570,6	1 564,7	1 560,6	1 573,7	1 588,4	1,7	1,1	0,9
	H	1 135,6	1 124,1	1 119,2	1 125,3	1 132,2	1,8	-0,3	0,6
	M	435,1	440,6	441,4	448,4	456,2	3,2	4,8	1,7
D: Indústrias transformadoras	HM	962,0	957,3	971,2	976,9	993,8	2,4	3,3	1,7
F: Construção	HM	565,5	561,2	548,0	553,9	551,8	3,1	-2,4	-0,4
G a Q: Serviços	HM	2 945,6	2 965,0	2 969,9	2 992,1	2 983,7	1,2	1,3	-0,3
	H	1 327,6	1 345,3	1 349,9	1 356,0	1 356,1	1,5	2,1	0
	M	1 618,0	1 619,6	1 620,1	1 636,2	1 627,6	1,3	0,6	-0,5
G: Comércio por grosso e a retalho	HM	770,5	764,7	745,1	758,8	757,9	2,5	-1,6	-0,1
H: Alojamento e restauração	HM	281,5	284,6	286,5	276,7	280,7	4,5	-0,3	1,4
I: Transportes, armazenagem e comunicações	HM	227,2	222,7	227,0	240,9	245,4	4,6	8,0	1,9
J: Actividades financeiras	HM	93,7	93,5	91,6	90,9	91,4	7,6	-2,5	0,6
K: Actividades imobiliárias; serviços prestados às empresas	HM	279,2	278,0	275,5	297,0	307,6	4,2	10,2	3,6
L: Administração Pública, defesa e Segurança Social obrigatória	HM	351,5	370,0	367,5	365,4	348,3	3,7	-0,9	-4,7
M: Educação	HM	305,0	307,5	322,8	320,4	313,0	4,1	2,6	-2,3
N: Saúde e acção social	HM	327,1	335,0	334,7	329,4	324,9	3,6	-0,7	-1,4
O: Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	HM	158,8	156,5	166,0	159,3	161,3	5,1	1,6	1,3
P a Q: Outros serviços	HM	151,1	152,5	153,2	153,5	153,3	4,8	1,5	-0,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

7. População empregada por profissão principal (CNP-94), situação na profissão e sexo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População empregada	HM	5 130,0	5 133,8	5 126,9	5 180,8	5 187,3	0,5	1,1	0,1
	H	2 767,6	2 770,6	2 778,6	2 796,4	2 803,8	0,6	1,3	0,3
	M	2 362,5	2 363,3	2 348,3	2 384,5	2 383,5	0,8	0,9	0
Profissão (CNP-94)									
1: Quadros superiores da Administração Pública, dirig. e quadros superiores de empresa	HM	450,1	435,7	391,1	409,0	397,3	3,7	-11,7	-2,9
	H	294,1	290,3	264,2	275,9	262,7	4,0	-10,7	-4,8
	M	156,0	145,4	126,9	133,0	134,6	5,2	-13,7	1,2
2: Especialistas das profissões intelectuais e científicas	HM	436,7	449,5	446,5	447,1	446,2	4,4	2,2	-0,2
	H	187,8	191,4	191,3	187,9	191,7	5,7	2,1	2,0
	M	248,9	258,0	255,2	259,2	254,6	4,6	2,3	-1,8
3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	HM	441,0	439,2	453,6	459,8	439,0	3,3	-0,5	-4,5
	H	250,5	243,9	248,0	248,1	240,6	4,3	-4,0	-3,0
	M	190,5	195,3	205,6	211,7	198,4	4,2	4,1	-6,3
4: Pessoal administrativo e similares	HM	505,1	498,2	502,8	490,0	495,3	2,7	-1,9	1,1
	H	188,0	183,1	192,3	187,6	195,9	4,3	4,2	4,4
	M	317,1	315,1	310,6	302,4	299,4	3,5	-5,6	-1,0
5: Pessoal dos serviços e vendedores	HM	715,7	728,0	737,6	741,9	749,8	2,5	4,8	1,1
	H	229,6	231,7	238,5	233,4	238,1	4,6	3,7	2,0
	M	486,1	496,2	499,1	508,5	511,7	2,6	5,3	0,6
6: Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	HM	569,2	558,6	552,5	567,9	568,2	4,3	-0,2	0,1
	H	280,7	275,7	282,2	289,1	287,5	4,3	2,4	-0,6
	M	288,5	282,9	270,2	278,8	280,7	5,1	-2,7	0,7
7: Operários, artífices e trabalhadores similares	HM	963,2	988,9	1 014,7	1 021,2	1 025,1	2,1	6,4	0,4
	H	761,0	774,4	795,9	802,4	808,7	2,3	6,3	0,8
	M	202,3	214,5	218,9	218,8	216,4	4,5	7,0	-1,1
8: Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	HM	406,7	410,6	409,6	413,3	409,9	3,2	0,8	-0,8
	H	333,5	335,3	336,5	337,0	331,6	3,5	-0,6	-1,6
	M	73,3	75,3	73,2	76,2	78,3	7,9	6,8	2,8
9: Trabalhadores não qualificados	HM	616,1	595,0	590,9	600,6	626,3	2,9	1,7	4,3
	H	217,7	216,7	204,2	206,9	220,3	4,8	1,2	6,5
	M	398,4	378,2	386,7	393,7	406,0	3,2	1,9	3,1
0: Forças Armadas	HM	26,0	30,3	27,5	30,2	30,3	13,7	16,5	0,3
Situação na profissão									
Trabalhadores por conta de outrem	HM	3 831,3	3 843,1	3 864,9	3 895,1	3 934,7	0,7	2,7	1,0
	H	2 033,3	2 038,4	2 055,0	2 068,1	2 094,4	0,8	3,0	1,3
	M	1 798,0	1 804,7	1 809,9	1 827,0	1 840,3	1,0	2,4	0,7
Trabalhadores por conta própria como isolados	HM	903,7	899,0	885,6	909,1	890,8	2,7	-1,4	-2,0
	H	480,5	476,2	476,4	486,7	480,1	2,7	-0,1	-1,4
	M	423,2	422,8	409,2	422,4	410,6	3,5	-3,0	-2,8
Trabalhadores por conta própria como empregadores	HM	294,6	287,2	282,7	284,2	275,9	4,4	-6,3	-2,9
	H	216,3	215,3	210,1	207,3	199,7	4,5	-7,7	-3,7
	M	78,3	71,8	72,7	76,9	76,2	7,3	-2,7	-0,9
Trabalhadores familiares não remunerados e outras situações	HM	100,4	104,6	93,7	92,4	86,0	8,0	-14,3	-6,9
	H	37,4	40,7	37,1	34,3	29,5	12,0	-21,1	-14,0
	M	63,0	63,9	56,6	58,1	56,4	8,7	-10,5	-2,9

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

8. População empregada total e por conta de outrem por regime de duração do trabalho e sexo, população empregada por conta de outrem por tipo de contrato de trabalho e sexo e subemprego visível por sexo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População empregada	HM	5 130,0	5 133,8	5 126,9	5 180,8	5 187,3	0,5	1,1	0,1
	H	2 767,6	2 770,6	2 778,6	2 796,4	2 803,8	0,6	1,3	0,3
	M	2 362,5	2 363,3	2 348,3	2 384,5	2 383,5	0,8	0,9	0
A tempo completo	HM	4 561,6	4 574,4	4 560,7	4 591,5	4 608,3	0,6	1,0	0,4
	H	2 574,4	2 584,2	2 582,3	2 585,5	2 596,7	0,6	0,9	0,4
	M	1 987,1	1 990,3	1 978,4	2 006,0	2 011,6	0,9	1,2	0,3
A tempo parcial	HM	568,4	559,4	566,2	589,4	579,0	3,0	1,9	-1,8
	H	193,1	186,4	196,3	210,9	207,1	4,1	7,3	-1,8
	M	375,3	373,0	369,9	378,5	371,9	3,4	-0,9	-1,7
Trabalhadores por conta de outrem	HM	3 831,3	3 843,1	3 864,9	3 895,1	3 934,7	0,7	2,7	1,0
	H	2 033,3	2 038,4	2 055,0	2 068,1	2 094,4	0,8	3,0	1,3
	M	1 798,0	1 804,7	1 809,9	1 827,0	1 840,3	1,0	2,4	0,7
A tempo completo	HM	3 630,0	3 653,6	3 672,2	3 695,8	3 733,5	0,7	2,9	1,0
	H	1 992,2	2 002,8	2 017,8	2 023,1	2 048,8	0,9	2,8	1,3
	M	1 637,8	1 650,8	1 654,4	1 672,7	1 684,8	1,0	2,9	0,7
A tempo parcial	HM	201,3	189,5	192,7	199,3	201,1	4,7	-0,1	0,9
	H	41,1	35,6	37,2	45,0	45,6	9,4	10,9	1,3
	M	160,2	153,9	155,5	154,3	155,5	5,2	-2,9	0,8
Tipo de contrato de trabalho									
Sem termo	HM	3 067,5	3 095,6	3 122,8	3 109,1	3 086,2	0,9	0,6	-0,7
	H	1 643,4	1 658,3	1 681,5	1 675,2	1 661,8	1,1	1,1	-0,8
	M	1 424,1	1 437,2	1 441,3	1 433,9	1 424,4	1,3	0	-0,7
Com termo	HM	592,7	582,0	583,8	617,8	677,9	2,7	14,4	9,7
	H	293,2	288,3	290,5	305,9	342,6	3,5	16,8	12,0
	M	299,5	293,7	293,3	311,9	335,3	3,4	12,0	7,5
Outros	HM	171,2	165,5	158,3	168,1	170,5	5,4	-0,4	1,4
	H	96,8	91,7	83,0	86,9	90,0	7,0	-7,0	3,6
	M	74,4	73,8	75,3	81,2	80,5	7,5	8,2	-0,9
Subemprego visível	HM	58,1	59,6	65,1	62,6	64,3	8,6	10,7	2,7
	H	15,0	14,2	17,0	14,9	18,1	15,5	20,7	21,5
	M	43,1	45,4	48,1	47,7	46,2	9,6	7,2	-3,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

9. População desempregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População desempregada	HM	429,9	447,3	429,7	405,6	417,4	3,1	-2,9	2,9
	H	199,4	208,9	194,0	191,2	185,1	4,7	-7,2	-3,2
	M	230,5	238,4	235,7	214,4	232,3	3,6	0,8	8,3
Dos 15 aos 24 anos	HM	94,4	91,4	86,0	80,0	91,7	6,0	-2,9	14,6
	H	42,3	45,3	42,5	43,4	44,5	8,5	5,2	2,5
	M	52,1	46,1	43,5	36,5	47,2	8,7	-9,4	29,3
Dos 25 aos 34 anos	HM	133,8	141,1	135,0	129,2	132,1	5,6	-1,3	2,2
	H	56,9	60,0	57,1	52,9	45,9	9,3	-19,3	-13,2
	M	76,9	81,1	77,9	76,2	86,2	6,6	12,1	13,1
Dos 35 aos 44 anos	HM	86,1	95,3	89,5	86,5	84,8	7,3	-1,5	-2,0
	H	34,9	38,7	35,5	37,3	36,0	10,7	3,2	-3,5
	M	51,2	56,6	54,0	49,2	48,7	8,4	-4,9	-1,0
Com 45 e mais anos	HM	115,6	119,5	119,2	110,0	108,8	5,3	-5,9	-1,1
	H	65,3	64,9	58,9	57,5	58,7	6,9	-10,1	2,1
	M	50,3	54,6	60,3	52,5	50,1	7,8	-0,4	-4,6
Dos 15 aos 64 anos	HM	428,8	447,0	429,5	405,4	417,2	3,1	-2,7	2,9
	H	198,5	208,9	194,0	191,2	184,9	4,7	-6,9	-3,3
	M	230,3	238,1	235,5	214,3	232,2	3,6	0,8	8,4
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	305,8	317,3	313,8	296,1	292,8	3,8	-4,3	-1,1
	H	151,4	156,1	147,3	146,2	138,4	5,3	-8,6	-5,3
	M	154,3	161,2	166,6	149,9	154,3	4,8	-	2,9
Secundário e pós-secundário	HM	64,5	75,9	73,6	68,9	70,6	7,5	9,5	2,5
	H	26,9	32,6	33,4	30,0	30,4	11,6	13,0	1,3
	M	37,6	43,2	40,2	38,9	40,2	9,8	6,9	3,3
Superior	HM	59,6	54,1	42,3	40,6	54,0	9,2	-9,4	33,0
	H	21,1	20,1	13,4	14,9	16,2	15,3	-23,2	8,7
	M	38,5	34,0	28,9	25,7	37,8	11,1	-1,8	47,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

10. Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		%					p.p.		
Taxa de desemprego	HM	7,7	8,0	7,7	7,3	7,4	3,2	-0,3	0,1
	H	6,7	7,0	6,5	6,4	6,2	4,7	-0,5	-0,2
	M	8,9	9,2	9,1	8,3	8,9	3,6	-	0,6
Dos 15 aos 24 anos	HM	16,5	16,4	15,7	14,8	16,6	5,7	0,1	1,8
	H	13,4	14,6	14,0	14,2	14,7	8,1	1,3	0,5
	M	20,4	18,6	17,9	15,5	19,0	8,3	-1,4	3,5
Dos 25 aos 34 anos	HM	9,0	9,4	9,1	8,7	8,9	5,5	-0,1	0,2
	H	7,4	7,7	7,4	6,9	6,0	9,3	-1,4	-0,9
	M	10,8	11,3	11,0	10,7	12,1	6,6	1,3	1,4
Dos 35 aos 44 anos	HM	6,2	6,8	6,4	6,1	6,0	7,3	-0,2	-0,1
	H	4,8	5,3	4,8	5,1	4,9	10,7	0,1	-0,2
	M	7,8	8,6	8,1	7,3	7,3	8,5	-0,5	-
Com 45 e mais anos	HM	5,5	5,6	5,6	5,1	5,0	5,4	-0,5	-0,1
	H	5,7	5,6	5,1	4,9	5,0	6,9	-0,7	0,1
	M	5,2	5,6	6,2	5,3	5,1	7,9	-0,1	-0,2
Dos 15 aos 64 anos	HM	8,2	8,5	8,2	7,7	7,9	3,1	-0,3	0,2
	H	7,1	7,5	7,0	6,8	6,6	4,7	-0,5	-0,2
	M	9,4	9,7	9,6	8,7	9,4	3,6	-	0,7
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	7,6	7,9	7,9	7,4	7,3	3,7	-0,3	-0,1
	H	6,7	6,9	6,6	6,5	6,1	5,2	-0,6	-0,4
	M	8,8	9,3	9,7	8,7	8,9	4,6	0,1	0,2
Secundário e pós-secundário	HM	8,0	9,2	8,8	8,1	8,3	7,1	0,3	0,2
	H	6,7	7,9	7,9	7,1	7,3	11,0	0,6	0,2
	M	9,2	10,5	9,8	9,2	9,3	9,5	0,1	0,1
Superior	HM	8,1	7,2	5,6	5,4	7,1	8,6	-1,0	1,7
	H	7,0	6,6	4,4	4,8	5,1	14,8	-1,9	0,3
	M	8,8	7,5	6,5	5,8	8,5	10,5	-0,3	2,7

11. População desempregada por duração da procura de emprego									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População desempregada	HM	429,9	447,3	429,7	405,6	417,4	3,1	-2,9	2,9
	H	199,4	208,9	194,0	191,2	185,1	4,7	-7,2	-3,2
	M	230,5	238,4	235,7	214,4	232,3	3,6	0,8	8,3
Duração da procura (a):									
Menos de 1 mês	HM	33,6	22,8	23,1	18,7	22,5	12,6	-33,0	20,3
	H	15,1	10,9	10,5	12,3	9,3	17,6	-38,4	-24,4
	M	18,5	11,9	12,7	6,4	13,3	18,1	-28,1	107,8
1 a 6 meses	HM	112,7	134,7	126,3	109,4	117,1	5,9	3,9	7,0
	H	54,3	63,9	59,5	51,8	47,4	9,1	-12,7	-8,5
	M	58,4	70,7	66,8	57,6	69,7	7,1	19,3	21,0
7 a 11 meses	HM	68,9	63,3	49,2	60,6	72,3	8,0	4,9	19,3
	H	30,3	32,4	21,3	26,6	35,7	11,9	17,8	34,2
	M	38,6	30,9	27,9	34,0	36,6	10,0	-5,2	7,6
12 a 24 meses	HM	106,5	112,3	99,6	91,1	87,5	5,8	-17,8	-4,0
	H	52,4	55,5	43,5	43,6	41,4	9,2	-21,0	-5,0
	M	54,1	56,8	56,2	47,5	46,1	7,9	-14,8	-2,9
25 e mais meses	HM	104,5	112,7	130,6	123,7	116,7	6,5	11,7	-5,7
	H	45,6	45,6	58,9	55,5	50,5	8,4	10,7	-9,0
	M	58,9	67,1	71,6	68,2	66,2	7,7	12,4	-2,9

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

Nota: (a) A variável "duração da procura de emprego" não inclui os indivíduos desempregados que já não procuram emprego, por já terem encontrado e o qual vão iniciar nos próximos 3 meses. Por essa razão, a soma do número de desempregados por duração da procura de emprego pode ser menor do que o total de desempregados.

12. Taxas de desemprego por duração da procura de emprego									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		%					p.p.		
Taxa de desemprego total	HM	7,7	8,0	7,7	7,3	7,4	3,2	-0,3	0,1
	H	6,7	7,0	6,5	6,4	6,2	4,7	-0,5	-0,2
	M	8,9	9,2	9,1	8,3	8,9	3,6	-	0,6
Por duração da procura:									
Menos de 1 mês	HM	0,6	0,4	0,4	0,3	0,4	12,6	-0,2	0,1
	H	0,5	0,4	0,4	0,4	0,3	17,6	-0,2	-0,1
	M	0,7	0,5	0,5	0,2	0,5	18,0	-0,2	0,3
1 a 6 meses	HM	2,0	2,4	2,3	2,0	2,1	5,9	0,1	0,1
	H	1,8	2,1	2,0	1,7	1,6	9,1	-0,2	-0,1
	M	2,3	2,7	2,6	2,2	2,7	7,1	0,4	0,4
7 a 11 meses	HM	1,2	1,1	0,9	1,1	1,3	8,0	0,1	0,2
	H	1,0	1,1	0,7	0,9	1,2	11,8	0,2	0,3
	M	1,5	1,2	1,1	1,3	1,4	10,0	-0,1	0,1
12 a 24 meses	HM	1,9	2,0	1,8	1,6	1,6	5,8	-0,4	-0,1
	H	1,8	1,9	1,5	1,5	1,4	9,2	-0,4	-0,1
	M	2,1	2,2	2,2	1,8	1,8	8,0	-0,3	-0,1
25 e mais meses	HM	1,9	2,0	2,4	2,2	2,1	6,5	0,2	-0,1
	H	1,5	1,5	2,0	1,9	1,7	8,5	0,2	-0,2
	M	2,3	2,6	2,8	2,6	2,5	7,8	0,3	-0,1
Longa duração (12 e mais meses)	HM	3,8	4,0	4,1	3,8	3,6	4,5	-0,2	-0,2
	H	3,3	3,4	3,4	3,3	3,1	6,4	-0,2	-0,2
	M	4,4	4,8	4,9	4,5	4,3	5,6	-0,1	-0,2

13. População desempregada à procura de primeiro emprego e de novo emprego por sector da última actividade (CAE-Rev. 2.1)									
Portugal		Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População desempregada		429,9	447,3	429,7	405,6	417,4	3,1	-2,9	2,9
À procura de 1º emprego		66,9	65,1	53,6	50,6	66,1	7,5	-1,2	30,6
À procura de novo emprego		363,0	382,2	376,2	355,0	351,3	3,4	-3,2	-1,0
Agricultura, silvicultura e pesca		10,7	11,7	10,7	10,8	9,9	18,8	-7,5	-8,3
Indústria, construção, energia e água		160,2	172,6	173,2	160,5	155,2	5,1	-3,1	-3,3
Serviços		192,2	197,9	192,2	183,7	186,2	4,8	-3,1	1,4

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

14. População inactiva									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População inactiva	HM	5 009,0	5 004,2	5 014,4	4 993,2	4 986,4	0,5	-0,5	-0,1
	H	2 151,6	2 147,1	2 144,5	2 134,3	2 138,9	0,7	-0,6	0,2
	M	2 857,5	2 857,2	2 869,8	2 858,9	2 847,5	0,6	-0,3	-0,4
Menos de 15 anos	HM	1 651,0	1 651,5	1 641,3	1 641,1	1 640,2	-	-0,7	-0,1
	H	847,2	847,5	842,4	841,8	841,4	-	-0,7	0
	M	803,7	804,0	798,9	799,3	798,8	-	-0,6	-0,1
Dos 15 aos 24 anos	HM	737,5	741,2	743,2	736,8	718,8	1,4	-2,5	-2,4
	H	352,1	351,4	351,3	345,5	343,9	2,0	-2,3	-0,5
	M	385,4	389,8	391,9	391,3	374,9	1,8	-2,7	-4,2
Dos 25 aos 34 anos	HM	173,2	165,0	165,2	170,1	169,4	4,5	-2,2	-0,4
	H	60,7	60,5	56,1	60,1	62,4	7,7	2,8	3,8
	M	112,6	104,5	109,1	110,0	107,0	5,7	-5,0	-2,7
Dos 35 aos 44 anos	HM	180,0	174,0	170,8	162,4	166,5	4,2	-7,5	2,5
	H	43,8	42,2	43,9	41,3	43,1	8,8	-1,6	4,4
	M	136,2	131,8	126,9	121,1	123,4	4,6	-9,4	1,9
Dos 45 aos 64 anos	HM	793,2	793,0	794,6	791,6	794,3	1,7	0,1	0,3
	H	280,1	275,4	275,6	276,1	271,4	2,8	-3,1	-1,7
	M	513,2	517,6	518,9	515,5	522,9	1,9	1,9	1,4
Com 65 e mais anos	HM	1 474,1	1 479,5	1 499,3	1 491,3	1 497,2	0,8	1,6	0,4
	H	567,7	570,0	575,1	569,6	576,8	1,2	1,6	1,3
	M	906,5	909,5	924,2	921,7	920,4	0,7	1,5	-0,1
Dos 15 aos 64 anos	HM	1 883,9	1 873,3	1 873,8	1 860,8	1 848,9	1,1	-1,9	-0,6
	H	736,7	729,6	727,0	722,9	720,7	1,7	-2,2	-0,3
	M	1 147,3	1 143,7	1 146,8	1 137,9	1 128,2	1,4	-1,7	-0,9
População inactiva (15 e mais anos)	HM	3 358,1	3 352,8	3 373,1	3 352,1	3 346,2	0,8	-0,4	-0,2
	H	1 304,3	1 299,6	1 302,1	1 292,5	1 297,5	1,1	-0,5	0,4
	M	2 053,7	2 053,2	2 070,9	2 059,6	2 048,6	0,9	-0,2	-0,5
Estudantes	HM	737,7	753,4	767,5	767,1	728,2	1,7	-1,3	-5,1
	H	352,5	362,8	361,9	358,5	351,0	2,3	-0,4	-2,1
	M	385,2	390,7	405,6	408,6	377,2	2,2	-2,1	-7,7
Domésticos	HM	610,2	609,3	606,4	589,5	595,2	2,6	-2,5	1,0
	H	5,1	3,3	2,5	2,7	2,7	29,3	-47,1	-
	M	605,1	605,9	604,0	586,8	592,4	2,6	-2,1	1,0
Reformados	HM	1 648,5	1 665,2	1 669,4	1 656,5	1 657,1	1,2	0,5	0
	H	769,9	776,2	775,0	763,5	764,0	1,4	-0,8	0,1
	M	878,6	889,0	894,4	892,9	893,1	1,5	1,7	0
Outros inactivos	HM	361,6	324,9	329,8	339,0	365,7	3,2	1,1	7,9
	H	176,8	157,2	162,8	167,8	179,8	4,4	1,7	7,2
	M	184,8	167,6	167,0	171,2	185,9	4,4	0,6	8,6
Inactivos disponíveis	HM	78,6	72,5	79,9	83,8	90,2	6,7	14,8	7,6
	H	28,1	31,3	29,5	29,0	30,2	10,8	7,5	4,1
	M	50,5	41,1	50,4	54,9	60,0	8,0	18,8	9,3
Inactivos desencorajados	HM	34,2	32,6	33,0	34,0	35,9	10,5	5,0	5,6
	H	13,1	13,8	11,8	11,6	11,7	17,4	-10,7	0,9
	M	21,2	18,8	21,2	22,4	24,2	12,7	14,2	8,0
		%					p.p.		
Taxa de inactividade (15 e mais anos)	HM	37,7	37,5	37,8	37,5	37,4	0,8	-0,3	-0,1
	H	30,5	30,4	30,5	30,2	30,3	1,1	-0,2	0,1
	M	44,2	44,1	44,5	44,2	43,9	0,9	-0,3	-0,3

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

15. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva por região NUTS II (NUTS-2002)								
Região NUTS II	Valor trimestral					C.V.	Variação	
	3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
	Milhares de indivíduos					%		
Portugal								
População total (15 e mais anos)	8 918,0	8 933,9	8 929,7	8 938,5	8 950,9	-	0,4	0,1
População activa	5 559,9	5 581,1	5 556,6	5 586,4	5 604,7	0,4	0,8	0,3
População empregada	5 130,0	5 133,8	5 126,9	5 180,8	5 187,3	0,5	1,1	0,1
População desempregada	429,9	447,3	429,7	405,6	417,4	3,1	-2,9	2,9
População inactiva (15 e mais anos)	3 358,1	3 352,8	3 373,1	3 352,1	3 346,2	0,8	-0,4	-0,2
Norte								
População total (15 e mais anos)	3 125,6	3 132,0	3 127,8	3 131,3	3 136,7	-	0,4	0,2
População activa	1 977,5	1 996,6	1 983,3	1 974,7	1 976,7	0,7	0	0,1
População empregada	1 803,3	1 816,3	1 807,0	1 808,6	1 809,0	0,9	0,3	0
População desempregada	174,2	180,3	176,3	166,1	167,7	4,7	-3,7	1,0
População inactiva (15 e mais anos)	1 148,1	1 135,4	1 144,5	1 156,6	1 160,0	1,2	1,0	0,3
Centro								
População total (15 e mais anos)	2 038,2	2 041,3	2 040,5	2 042,1	2 044,5	-	0,3	0,1
População activa	1 343,0	1 350,7	1 344,0	1 370,4	1 369,9	1,2	2,0	0
População empregada	1 270,8	1 270,3	1 269,7	1 300,6	1 295,0	1,3	1,9	-0,4
População desempregada	72,2	80,4	74,3	69,8	74,9	8,0	3,7	7,3
População inactiva (15 e mais anos)	695,2	690,6	696,5	671,7	674,7	2,4	-2,9	0,4
Lisboa								
População total (15 e mais anos)	2 343,3	2 347,3	2 347,2	2 349,7	2 352,7	-	0,4	0,1
População activa	1 418,1	1 410,4	1 403,3	1 414,6	1 424,4	0,8	0,4	0,7
População empregada	1 291,2	1 282,9	1 284,3	1 299,6	1 305,2	1,1	1,1	0,4
População desempregada	126,9	127,5	119,1	115,0	119,2	6,4	-6,1	3,7
População inactiva (15 e mais anos)	925,1	936,9	943,9	935,2	928,3	1,3	0,3	-0,7
Alentejo								
População total (15 e mais anos)	665,0	665,2	662,7	662,4	662,2	-	-0,4	0
População activa	380,0	379,6	381,3	378,8	382,2	1,2	0,6	0,9
População empregada	344,4	344,0	344,0	345,2	348,8	1,4	1,3	1,0
População desempregada	35,6	35,6	37,4	33,6	33,4	9,7	-6,2	-0,6
População inactiva (15 e mais anos)	285,0	285,6	281,4	283,6	280,0	1,6	-1,8	-1,3
Algarve								
População total (15 e mais anos)	352,4	353,6	355,5	356,3	357,2	-	1,4	0,3
População activa	207,3	208,0	210,4	212,7	215,5	1,1	4,0	1,3
População empregada	196,4	195,7	198,0	202,0	204,5	1,5	4,1	1,2
População desempregada	10,9	12,3	12,4	10,7	11,0	14,6	0,9	2,8
População inactiva (15 e mais anos)	145,1	145,7	145,2	143,6	141,7	1,7	-2,3	-1,3
Região Autónoma dos Açores								
População total (15 e mais anos)	193,8	194,3	194,9	195,3	195,7	-	1,0	0,2
População activa	110,6	111,3	110,8	112,0	111,8	1,2	1,1	-0,2
População empregada	105,9	106,4	106,2	107,8	108,1	1,3	2,1	0,3
População desempregada	4,7	4,9	4,6	4,2	3,7	15,5	-21,3	-11,9
População inactiva (15 e mais anos)	83,2	83,0	84,1	83,3	83,9	1,6	0,8	0,7
Região Autónoma da Madeira								
População total (15 e mais anos)	199,7	200,2	201,1	201,4	201,8	-	1,1	0,2
População activa	123,4	124,7	123,5	123,2	124,2	2,0	0,6	0,8
População empregada	117,9	118,4	117,8	117,1	116,7	2,2	-1,0	-0,3
População desempregada	5,5	6,3	5,7	6,1	7,5	14,2	36,4	23,0
População inactiva (15 e mais anos)	76,3	75,5	77,6	78,2	77,6	3,2	1,7	-0,8

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

16. Taxa de actividade, emprego, desemprego e inactividade por região NUTS II (NUTS-2002)								
Regiões NUTS II	Valor trimestral					C.V.	Variação	
	3ºT-2005	4ºT-2005	1ºT-2006	2ºT-2006	3ºT-2006	3ºT-2006	Homóloga	Trimestral
	%						p.p.	
Portugal								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	62,3	62,5	62,2	62,5	62,6	0,4	0,3	0,1
Taxa de emprego (15 e mais anos)	57,5	57,5	57,4	58,0	58,0	0,5	0,5	-
Taxa de desemprego	7,7	8,0	7,7	7,3	7,4	3,2	-0,3	0,1
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	37,7	37,5	37,8	37,5	37,4	0,8	-0,3	-0,1
Norte								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	63,3	63,7	63,4	63,1	63,0	0,7	-0,3	-0,1
Taxa de emprego (15 e mais anos)	57,7	58,0	57,8	57,8	57,7	0,9	-	-0,1
Taxa de desemprego	8,8	9,0	8,9	8,4	8,5	4,8	-0,3	0,1
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	36,7	36,3	36,6	36,9	37,0	1,2	0,3	0,1
Centro								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	65,9	66,2	65,9	67,1	67,0	1,2	1,1	-0,1
Taxa de emprego (15 e mais anos)	62,3	62,2	62,2	63,7	63,3	1,3	1,0	-0,4
Taxa de desemprego	5,4	6,0	5,5	5,1	5,5	8,2	0,1	0,4
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	34,1	33,8	34,1	32,9	33,0	2,4	-1,1	0,1
Lisboa								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	60,5	60,1	59,8	60,2	60,5	0,8	-	0,3
Taxa de emprego (15 e mais anos)	55,1	54,7	54,7	55,3	55,5	1,1	0,4	0,2
Taxa de desemprego	9,0	9,0	8,5	8,1	8,4	6,4	-0,6	0,3
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	39,5	39,9	40,2	39,8	39,5	1,3	-	-0,3
Alentejo								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	57,1	57,1	57,5	57,2	57,7	1,2	0,6	0,5
Taxa de emprego (15 e mais anos)	51,8	51,7	51,9	52,1	52,7	1,4	0,9	0,6
Taxa de desemprego	9,4	9,4	9,8	8,9	8,7	9,5	-0,7	-0,2
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	42,9	42,9	42,5	42,8	42,3	1,6	-0,6	-0,5
Algarve								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	58,8	58,8	59,2	59,7	60,3	1,1	1,5	0,6
Taxa de emprego (15 e mais anos)	55,7	55,3	55,7	56,7	57,2	1,5	1,5	0,5
Taxa de desemprego	5,3	5,9	5,9	5,0	5,1	14,7	-0,2	0,1
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	41,2	41,2	40,8	40,3	39,7	1,7	-1,5	-0,6
Região Autónoma dos Açores								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	57,1	57,3	56,9	57,4	57,1	1,2	-	-0,3
Taxa de emprego (15 e mais anos)	54,7	54,7	54,5	55,2	55,2	1,3	0,5	-
Taxa de desemprego	4,2	4,4	4,2	3,8	3,3	15,4	-0,9	-0,5
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	42,9	42,7	43,1	42,6	42,9	1,6	-	0,3
Região Autónoma da Madeira								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	61,8	62,3	61,4	61,2	61,6	2,0	-0,2	0,4
Taxa de emprego (15 e mais anos)	59,1	59,1	58,6	58,1	57,8	2,2	-1,3	-0,3
Taxa de desemprego	4,4	5,1	4,6	5,0	6,1	14,1	1,7	1,1
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	38,2	37,7	38,6	38,8	38,4	3,2	0,2	-0,4

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006.

3. NOTAS METODOLÓGICAS

Objectivos

O Inquérito ao Emprego tem por principal objectivo a caracterização da população face ao trabalho. Pretende obter um conjunto de informação que permita, a partir dessa caracterização, analisar o mercado de trabalho enquanto realidade dinâmica e constitua um ponto de partida para a definição de políticas socio-económicas.

O Inquérito ao Emprego tem por objectivos, designadamente:

- fornecer uma medida directa e comparável internacionalmente das alterações infra-anuais do emprego e do desemprego;
- avaliar, ao longo do ano, determinados fenómenos do mercado de trabalho, tais como o emprego, o desemprego e as horas trabalhadas, entre outros;
- fornecer dados estruturais anuais relacionados com o nível de emprego e desemprego.

Periodicidade

O Inquérito ao Emprego é um inquérito realizado trimestralmente que fornece resultados trimestrais e anuais.

Período de referência

As características observadas no inquérito referem-se fundamentalmente à situação no decorrer de uma semana pré-definida (de Segunda a Domingo), denominada semana de referência. As semanas de referência são repartidas uniformemente pelo trimestre e ano. As entrevistas realizam-se normalmente na semana imediatamente seguinte à semana de referência.

População

O Inquérito ao Emprego é dirigido a residentes em alojamentos familiares no espaço nacional.

Consideram-se residentes no alojamento, os indivíduos que, na semana de referência, vivam nesse alojamento, considerando ser essa a sua residência principal, e ainda os indivíduos que estejam ausentes do alojamento por “períodos curtos de tempo”², não ocupando outro alojamento de forma permanente.

² Não é definido “período curto de tempo” dada a diversidade de situações possíveis; o critério adoptado é o da não ocupação, por parte do indivíduo, de uma outra residência de forma permanente, contribuindo para o orçamento do agregado inquirido e/ou faça despesas a cargo do mesmo e esteja numa das seguintes situações: internado em estabelecimento prisional,

O inquérito é alargado às pessoas a viver em alojamentos colectivos que se consideram ter alguma contribuição, real ou potencial, para o mercado de trabalho, como é o caso dos militares de carreira em quartéis, estudantes em escolas com internato ou em lares. A informação relativa a estas pessoas é recolhida nos alojamentos privados aos quais possam ser associadas, isto é, que aí tenham residência.

São excluídos do âmbito deste inquérito todos os indivíduos a residir noutros alojamentos colectivos (hotéis, pensões e similares, instituições de assistência - asilos, orfanatos e lares de 3ª idade - e instituições religiosas) e indivíduos a viver em alojamentos móveis.

Base de amostragem

A amostra do Inquérito ao Emprego é seleccionada a partir de uma base de amostragem (constituída por um ficheiro de alojamentos familiares) denominada “Amostra-Mãe”, que foi construída a partir dos dados do Recenseamento da População e Habitação de 2001 (Censos 2001).

Unidades de observação

São observados dois tipos de unidade: agregado doméstico privado e indivíduo.

A informação é recolhida para todos os indivíduos pertencentes ao mesmo agregado.

Desenho da amostra

Trata-se de uma amostra do tipo painel com um esquema de rotação no qual os alojamentos permanecem na amostra durante seis trimestres consecutivos. A amostra total está dividida em seis subamostras (rotações) e em cada trimestre cada subamostra é substituída por outra depois de ter sido observada seis vezes.

Para a determinação da dimensão da amostra utilizaram-se os seguintes critérios:

- para cada região NUTS II e para a variável desemprego, desde que a sua representatividade amostral face à população em idade activa seja de pelo menos 5%, o desvio-padrão relativo da média anual não poderá exceder 8% dessa estimativa;
- para qualquer sub-população amostral cujo efectivo seja pelo menos 5% da população em idade activa³,

de saúde, de reabilitação, etc., a estudar ou a trabalhar noutra localidade com estadas frequentes no agregado, em viagem.

³ Considera-se “em idade activa” os indivíduos que tiverem idade igual ou superior a 15 anos.

o desvio-padrão relativo da estimativa da variação entre dois trimestres sucessivos, a nível nacional, não deverá exceder 3% dessa sub-população.

Recolha dos dados

O Inquérito ao Emprego é um inquérito por recolha directa. A informação é obtida através de entrevista directa ao indivíduo em questão ou a outro membro do agregado se o próprio não estiver presente e algum dos membros do agregado presentes for considerado apto a responder por ele.

A recolha da informação é feita através de entrevista assistida por computador (sistema CAPI - *Computer Assisted Personal Interviewing*).

Resultados

A protecção do segredo estatístico é assegurada através da supressão da identificação pessoal dos registos individuais, na fase de processamento da informação.

A extrapolação dos resultados é feita a partir de sistemas de ponderadores regionais, determinados a partir de estimativas independentes da população. Estes ponderadores são função das seguintes variáveis: região NUTS II por sexo e grupos etários quinquenais e ainda região NUTS III (ou agregações) por sexo ou grandes grupos etários.

É possível o apuramento de qualquer uma das variáveis observadas, de acordo com as especificações pretendidas e respeitando a qualidade da informação, atendendo aos erros de amostragem que lhe estejam associados.

O INE pode ainda disponibilizar outro tipo de informação ou outro tipo de desagregação das variáveis, mediante pedido específico, desde que os erros de amostragem estejam dentro de valores aceitáveis e desde que a informação se enquadre no quadro conceptual e metodológico do inquérito.

Erros de amostragem

O objectivo de um inquérito por amostragem é o de generalizar a informação obtida numa amostra (fracção reduzida da população) ao universo em análise, através de métodos que assegurem resultados para a população muito próximos da realidade.

Às estimativas obtidas associa-se uma margem de erro relativamente aos verdadeiros valores que se obteriam numa inquirição a toda a população, apresentada sob a forma de coeficiente de variação.

A partir da estimativa e do respectivo coeficiente de variação podem-se construir intervalos de confiança, os quais contêm o verdadeiro valor do parâmetro ou característica com uma certa probabilidade (geralmente

67%, 95% ou 99%), devendo para isso utilizar-se as seguintes expressões:

- Intervalo de confiança de 67% =
estimativa $\pm 1 \times$ coeficiente de variação $\times$ estimativa
- Intervalo de confiança de 95% =
estimativa $\pm 1,96 \times$ coeficiente de variação $\times$ estimativa
- Intervalo de confiança de 99% =
estimativa $\pm 2,33 \times$ coeficiente de variação $\times$ estimativa

Por exemplo, para determinar os intervalos de confiança para a variável população activa tendo em atenção o valor estimado de 5 604,7 milhares e o coeficiente de variação associado de 0,4%, deverá proceder-se da seguinte forma:

Intervalo de Confiança a 67%

Limite Inferior =

$$\text{estimativa} - 1 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,604,7 - 1 \times 0,004 \times 5\,604,7 = 5\,579,6.$$

Limite superior =

$$\text{estimativa} + 1 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,604,7 + 1 \times 0,004 \times 5\,604,7 = 5\,629,8.$$

Intervalo de Confiança a 95%

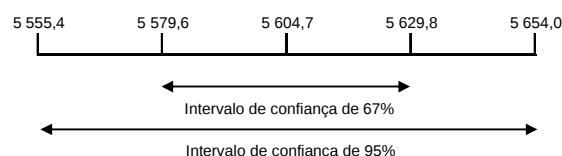
Limite Inferior =

$$\text{estimativa} - 1,96 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,604,7 - 1,96 \times 0,004 \times 5\,604,7 = 5\,555,4.$$

Limite superior =

$$\text{estimativa} + 1,96 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,604,7 + 1,96 \times 0,004 \times 5\,604,7 = 5\,654,0.$$

No seguinte diagrama podemos observar os dois intervalos de confiança calculados anteriormente. O diagrama ilustra a forma como o intervalo aumenta de acordo com a probabilidade deste conter o verdadeiro valor da população.



No Quadro C apresentam-se os valores dos coeficientes de variação, para as principais variáveis, e os intervalos de confiança respectivos.

Quadro C: Precisão de alguns resultados 3º trimestre 2006				
Variáveis	Estimativa (milhares)	C.V. (%)	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
População activa	5 604,7	0,4	5 555,4	5 654,0
População empregada	5 187,3	0,5	5 131,6	5 243,0
Agricultura, silvicultura e pesca	615,1	4,2	564,2	666,0
Indústria, construção, energia e água	1 588,4	1,7	1 534,1	1 642,7
Serviços	2 983,7	1,2	2 916,1	3 051,3
População desempregada	417,4	3,1	391,8	443,0
Procura 1º emprego	66,1	7,5	56,4	75,8
Procura novo emprego	351,3	3,4	327,6	375,0
População inactiva	4 986,4	0,5	4 937,1	5 035,7

Classificações

Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, Versão de 2002, estabelecida pelo decreto-lei nº 244/2002 e pelo regulamento comunitário nº 1059/2003 (NUTS-2002).

- Nível II: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

CAE-Rev.2.1 – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 2.1.

CNP-94 – Classificação Nacional das Profissões, Versão 1994.

4. CONCEITOS

Desempregado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como **diligências**:

- contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
- contacto com empregadores;
- contactos pessoais ou com associações sindicais;
- colocação, resposta ou análise de anúncios;
- procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
- realização de provas ou entrevistas para selecção;
- solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

O critério de **disponibilidade** para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte:

- no desejo de trabalhar;
- na vontade de ter actualmente um emprego remunerado ou uma actividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
- na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes.

Inclui o indivíduo que, embora tendo um emprego, só vai começar a trabalhar numa data posterior à do período de referência (nos próximos três meses).

Desempregado à procura de novo emprego: indivíduo desempregado que já teve um emprego.

Desempregado à procura de primeiro emprego: indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

Desempregado de longa duração: indivíduo desempregado à procura de emprego há 12 ou mais meses.

Empregado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- tinha efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego;
- tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica;
- estava em situação de pré-reforma mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Inactivo desencorajado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- pretendia trabalhar;
- estava ou não disponível para trabalhar, num trabalho remunerado ou não;
- não fez diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar trabalho, com os seguintes motivos para o desencorajamento: considerou não ter idade apropriada, considerou não ter instrução suficiente, não soube como procurar, achou que não valia a pena procurar ou achou que não havia empregos disponíveis.

Inactivo disponível: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- pretendia trabalhar;
- estava disponível para trabalhar, num trabalho remunerado ou não;
- não fez diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar trabalho.

Nível de escolaridade completo: refere-se ao nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu, em termos de níveis e graus do sistema formal de ensino, isto

é, do ensino básico, secundário e superior, e obteve o respectivo certificado ou diploma.

População activa: conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População inactiva: conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório.

Situação na profissão: relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

Subemprego visível: conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tinham um trabalho com duração habitual de trabalho inferior à duração normal do posto de trabalho e que declararam pretender trabalhar mais horas.

Taxa de actividade: taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população.

$$T.A. (\%) = (\text{População activa} / \text{População total}) \times 100$$

Taxa de actividade (15 e mais anos): taxa que permite definir a relação entre a população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade).

$$T.A. (\%) = (\text{Pop. activa} / \text{Pop. com 15 e mais anos}) \times 100$$

Taxa de desemprego: taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população activa.

$$T.D. (\%) = (\text{População desempregada} / \text{População activa}) \times 100$$

Taxa de desemprego de longa duração: taxa que permite definir o peso da população desempregada há 12 ou mais meses sobre o total da população activa.

$$T.D. (\%) = (\text{População desempregada há 12 ou mais meses} / \text{População activa}) \times 100$$

Taxa de emprego (15 e mais anos): taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade).

$$T.E. (\%) = (\text{Pop. empregada} / \text{Pop. com 15 e mais anos}) \times 100$$

Taxa de inactividade (15 e mais anos): taxa que permite definir a relação entre a população inactiva em idade activa (com 15 e mais anos de idade) e a população total em idade activa.

$$T.I. (\%) = (\text{Pop. Inactiva com 15 e mais anos} / \text{Pop. com 15 e mais anos}) \times 100$$

Taxa de variação anual: a variação anual compara o nível médio da variável dos quatro trimestres do último ano com o dos quatro trimestres do ano imediatamente anterior. Por ser uma média, esta taxa de variação é menos sensível a alterações esporádicas na variável.

Taxa de variação homóloga: a variação homóloga compara o nível da variável entre o trimestre corrente e o mesmo trimestre do ano anterior. Esta taxa de variação, perante um padrão estável de sazonalidade, não é afectada por oscilações desta natureza podendo, no entanto, ser influenciada por efeitos localizados num trimestre específico.

Taxa de variação trimestral: a variação trimestral compara o nível da variável entre dois trimestres consecutivos. Embora seja um indicador que permite um acompanhamento corrente do andamento da variável, o cálculo desta taxa de variação é particularmente influenciado por efeitos de natureza sazonal e outros mais específicos localizados num (ou em ambos) dos trimestres comparados.

Trabalhador a tempo completo: trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial: trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo: indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: 1) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; 2) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da actividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador com contrato permanente: indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

Trabalhador familiar não remunerado: indivíduo que exerce uma actividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Trabalhador por conta de outrem: indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria: indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Trabalhador por conta própria como isolado: indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para trabalhar(em) com ele. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador por conta própria como empregador: indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Nota relativa aos gráficos 1, 5, 11 e 12: A contribuição de uma dada componente para a variação homóloga de um determinado agregado populacional (população activa, empregada, desempregada ou inactiva) no trimestre t é calculada como a variação homóloga (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre homólogo) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população activa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação homóloga da população empregada e da população desempregada para a variação homóloga da população activa são, respectivamente, dados por

$$[(E_t - E_{t-4})/A_{t-4}] * 100 \text{ e } [(D_t - D_{t-4})/A_{t-4}] * 100,$$

em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação homóloga desse agregado. No exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação homóloga da população activa.

5. OUTRA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

População total

1. População com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade completo, por grupo etário e sexo
2. População com 15 e mais anos segundo a condição perante o trabalho, por principal fonte de rendimento
3. População com 15 e mais anos segundo a auto-classificação em termos de ocupação, por condição perante o trabalho
4. População com 15 e mais anos segundo a condição perante o trabalho um ano antes, por condição perante o trabalho actual

População empregada

5. População empregada por actividade principal (CAE-Rev. 2.1) e sexo
6. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por situação na profissão principal e sexo
7. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por tipo de duração do trabalho e sexo.
8. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por antiguidade no emprego actual
9. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por tipo de horário de trabalho e sexo
10. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por duração semanal habitual do trabalho e sexo
11. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por experiência anterior de trabalho e sexo
12. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por nível de escolaridade completo e sexo
13. População empregada com experiência anterior de trabalho segundo o sector da última actividade principal, por sector de actividade principal actual (CAE-Rev. 2.1) e sexo
14. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por exercício de actividade secundária e sexo
15. População empregada com actividade secundária segundo o sector de actividade secundária, por sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1)
16. População empregada segundo o sector de actividade principal um ano antes, por sector de actividade principal actual (CAE-Rev. 2.1)
17. População empregada segundo a situação na profissão principal, por profissão principal (CNP-94)
18. População empregada segundo a situação na profissão principal, por nível de escolaridade completo e sexo
19. População empregada segundo a situação na profissão principal um ano antes, por situação na profissão principal actual e sexo
20. Trabalhadores por conta de outrem segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por tipo de contrato de trabalho e sexo
21. Trabalhadores por conta de outrem por profissão principal (CNP-94) e sexo
22. Trabalhadores por conta de outrem por actividade principal (CAE-Rev. 2.1) e sexo
23. Trabalhadores por conta de outrem segundo o tipo de contrato de trabalho um ano antes, por tipo de contrato de trabalho actual

População desempregada

- 24. População desempregada por tipo de desemprego, duração da procura de emprego e sexo
- 25. População desempregada por diligências feitas para encontrar trabalho
- 26. População desempregada à procura de novo emprego por situação na profissão anterior e sexo
- 27. População desempregada à procura de novo emprego por sector da actividade anterior (CAE-Rev. 2.1) e sexo

Regiões NUTS II

- 28. População total segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por grupo etário e sexo
- 29. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por sexo
- 30. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva segundo a região de residência NUTS II (NUTSII-2002), por grupo etário
- 31. População activa segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por nível de escolaridade completo
- 32. População inactiva segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por categoria de inactividade
- 33. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por actividade principal (CAE-Rev. 2.1)
- 34. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por profissão principal (CNP-94)
- 35. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por situação na profissão principal
- 36. Trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1) e escalão de rendimento salarial mensal líquido
- 37. Rendimento salarial médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1)
- 38. População desempregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por tipo de desemprego e duração da procura de emprego
- 39. Taxa de actividade, taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inactividade segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por sexo
- 40. Taxa de actividade, taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inactividade segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por grupo etário

Nota: Estes quadros encontram-se exclusivamente disponíveis, em formato Excel, em http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp?pub_cod=260 (sob a designação “Quadros do trimestre”).

6. TEMA EM ANÁLISE

Medidas alternativas à taxa de desemprego oficial: a consideração dos inactivos desencorajados e do subemprego visível

Sónia Torres * – Instituto Nacional de Estatística

1. Introdução

Por se tratar de um indicador chave do desempenho do mercado de trabalho de um país, a taxa de desemprego é uma das estatísticas mais acompanhadas e comentadas. O nível da taxa de desemprego permite avaliar a fracção dos recursos de trabalho disponíveis que não estão a ser utilizados e o acompanhamento da variação infra-anual deste indicador proporciona um elemento importante de análise dos movimentos conjunturais da economia.

Os inquéritos à força de trabalho, existentes em diversos países, constituem a fonte principal para a estimação do número de desempregados e sua caracterização. Estes inquéritos garantem, salvaguardadas pequenas diferenças decorrentes de especificidades nacionais, a comparabilidade internacional dos resultados. Para a harmonização dos conceitos envolvidos e dos procedimentos de cálculo foi determinante o contributo das várias edições da *International Conference of Labour Statisticians* (ICLS), através do *International Labour Office* (ILO), onde se convencionaram as grandes linhas orientadoras para uma definição padrão de desemprego. Esta definição, como é natural, foi sendo alterada ao longo do tempo, fruto da necessidade de responder a solicitações várias, da preocupação de harmonizar conceitos e de aperfeiçoar as metodologias de cálculo. Em particular, passou-se, na generalidade dos países, de um conceito de desemprego *em sentido lato* (em que a procura activa de emprego não era um critério exigido) para um conceito de desemprego *em sentido restrito*, actualmente em vigor. Em Portugal, aquele conceito era utilizado, por exemplo, na série de dados do *Inquérito Permanente ao Emprego* – do 1º semestre de 1974 ao 2º semestre de 1982 – e nos Recenseamentos da População anteriores a 1991.

Actualmente, é considerado desempregado um indivíduo com uma determinada idade mínima (variável de país para país, em função do número de anos de escolaridade obrigatória) que cumpra essencialmente três requisitos, avaliados num período de tempo bem definido: 1) não ter trabalho; 2) estar disponível para começar a trabalhar dentro de um período de tempo definido; e 3) ter levado a cabo medidas activas de procura de emprego, também ao longo de um período especificado (é neste critério que residia a diferença entre os dois conceitos de desemprego referidos).

O grupo de indivíduos que se encontram desempregados segundo esta definição constitui, na maioria dos países, a medida oficial do desemprego que vai ser utilizada para calcular a taxa de desemprego.

Em Portugal, e em linha com esta definição, um indivíduo é actualmente classificado como desempregado se tiver uma idade mínima de 15 anos e se, no período de referência (numa semana determinada), se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) estava disponível para trabalhar (dentro de duas semanas) num trabalho remunerado ou não; e 3) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências ao longo de um período especificado (na semana de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não⁴.

Apesar de todo o esforço de harmonização, subsistem ainda diferenças de pormenor, entre os vários países, no conceito de desempregado. Por exemplo, nos EUA e no Canadá, ao contrário do que sucede em Portugal e na generalidade dos países Europeus, algumas estratégias de procura de emprego, como a consulta de anúncios em jornais, por serem consideradas *passivas*, não são incluídas no critério da procura de emprego, sendo os indivíduos que as levaram a cabo classificados de inactivos.

Ainda assim, a definição oficial de desemprego não captura todas as formas de subaproveitamento de recursos humanos, excluindo grupos de indivíduos inactivos que muitas vezes se pensa estarem desempregados ou empregados em situação de subemprego. Em particular, são excluídos da definição de desemprego os indivíduos que, não pertencendo à força de trabalho (inactivos), pretendem ter um emprego (embora não tenham procurado activamente uma ocupação) e os indivíduos que gostariam de trabalhar mais horas (isto é, que declaram trabalhar, ainda que involuntariamente, menos horas do que aquilo que desejariam), por serem classificados como empregados.

A contagem e o acompanhamento da evolução do número de indivíduos que se encontram em cada uma destas duas formas de subaproveitamento da mão-de-obra é relevante, uma vez que se tem assistido, em muitos países, à existência de fluxos, cada vez mais frequentes e de dimensão assinalável, entre cada um destes dois estados do mercado de trabalho e os estados da actividade (emprego ou desemprego), no caso dos inactivos, e estados associados a empregos com maior

* As opiniões expressas no *Tema em análise* são da inteira responsabilidade dos autores e não coincidem necessariamente com a posição do Instituto Nacional de Estatística.

⁴ Consultar o conceito exacto de desempregado no capítulo 4 desta publicação.

duração semanal do trabalho, no caso do subemprego visível. Além disso, tem-se verificado, em alguns estudos empíricos (OCDE, 1995 e Jones, 1999), que:

- os indivíduos inactivos que pretendem ter um emprego têm características comportamentais mais próximas dos indivíduos activos do que os restantes inactivos e, por essa razão, têm maiores probabilidades de transitar para a população activa;
- os indivíduos em situação de subemprego têm probabilidades elevadas de transitar para a forma de emprego que desejam, num curto espaço de tempo.

Estes indivíduos podem, por isso, constituir uma reserva adicional de força de trabalho em determinadas fases do ciclo económico, para além dos desempregados. Por esta razão, e também por manifestarem o desejo de trabalhar (ou de trabalhar mais horas, no caso dos subempregados) e por terem, em alguns países, um comportamento anti-cíclico⁵, estes indivíduos interessam para a análise do mercado de trabalho e para a definição de políticas.

2. Conceitos: inactivos marginalmente ligados à força de trabalho, inactivos desencorajados e subemprego visível

2.1. Inactivos marginalmente ligados à força de trabalho e inactivos desencorajados

O diagrama da página seguinte permite verificar que a população em idade activa (considerando como tal os indivíduos com 15 ou mais anos) pode ser dividida em empregados e não empregados. Estes, por sua vez, podem estar desempregados ou inactivos (com 15 ou mais anos).

O grupo formado pelos indivíduos que não estão empregados mas que pretendem ter um emprego pode ainda ser dividido em quatro subgrupos de indivíduos, de acordo com os dois critérios seguintes: 1) o critério da procura activa de emprego (ter feito ou não diligências para encontrar emprego nas últimas quatro semanas); e 2) o critério da disponibilidade (estar ou não disponível para começar a trabalhar dentro de duas semanas). Apenas uma resposta afirmativa a estes dois critérios permite identificar um indivíduo não empregado (e que pretende ter um emprego) como desempregado. Os restantes indivíduos que não têm um emprego e que pretendem ter, ou porque não procuraram activamente emprego, ou porque não declararam estar disponíveis para começar a trabalhar, são considerados inactivos, juntamente com aqueles que não pretendem ter um emprego.

⁵ O número destes indivíduos tende a diminuir em momentos favoráveis do ciclo económico (pelo regresso à população activa) e a aumentar em momentos desfavoráveis (pelo abandono da população activa). Este padrão anti-cíclico é semelhante ao dos desempregados. Por essa razão, este grupo de indivíduos é também designado, frequentemente, por “desemprego escondido”.

Um indivíduo não empregado, que pretende ter um emprego, mas que não procura, estando disponível ou não, é habitualmente considerado um indivíduo que está marginalmente ligado à força de trabalho (*marginally attached to the labour force*). Se a não procura resultar apenas de razões económicas, relacionadas com o mercado de trabalho, o indivíduo é considerado desencorajado⁶. Os motivos apontados para o desencorajamento são: 1) considerar não ter idade apropriada; 2) considerar não ter instrução suficiente; 3) não saber como procurar; 4) considerar que não vale a pena procurar; e 5) considerar que não há empregos disponíveis⁷.

Por fim, é importante salientar que, em contraste com a formulação objectiva do conceito de desemprego, os conceitos de inactivo marginalmente ligado à força de trabalho e de inactivo desencorajado têm uma natureza subjectiva e tendem a variar mais no espaço e no tempo. Também por essa razão, estes indivíduos não são habitualmente considerados nas medições oficiais de desemprego, para as quais houve um esforço considerável de harmonização. De acordo com as orientações internacionais, os indivíduos marginalmente ligados à força de trabalho e os desencorajados são considerados como não pertencentes à força de trabalho (são inactivos), apenas porque não procuram emprego.

2.2. Subemprego visível

Uma primeira tentativa de definir o conceito de subemprego, ao nível internacional, ocorreu em 1982, na ICLS. As duas formas principais de subemprego são o subemprego visível e o subemprego invisível. O subemprego visível inclui os indivíduos que estão a trabalhar involuntariamente menos do que a duração do trabalho determinada para a actividade em causa e pode ser medido a partir dos inquéritos à força de trabalho, em termos do número de indivíduos ou do número potencial de horas que poderiam ser trabalhadas. O subemprego invisível é de medição mais difícil e inclui os indivíduos que estão a trabalhar em postos de trabalho nos quais as suas qualificações não estão a ser utilizadas adequadamente.

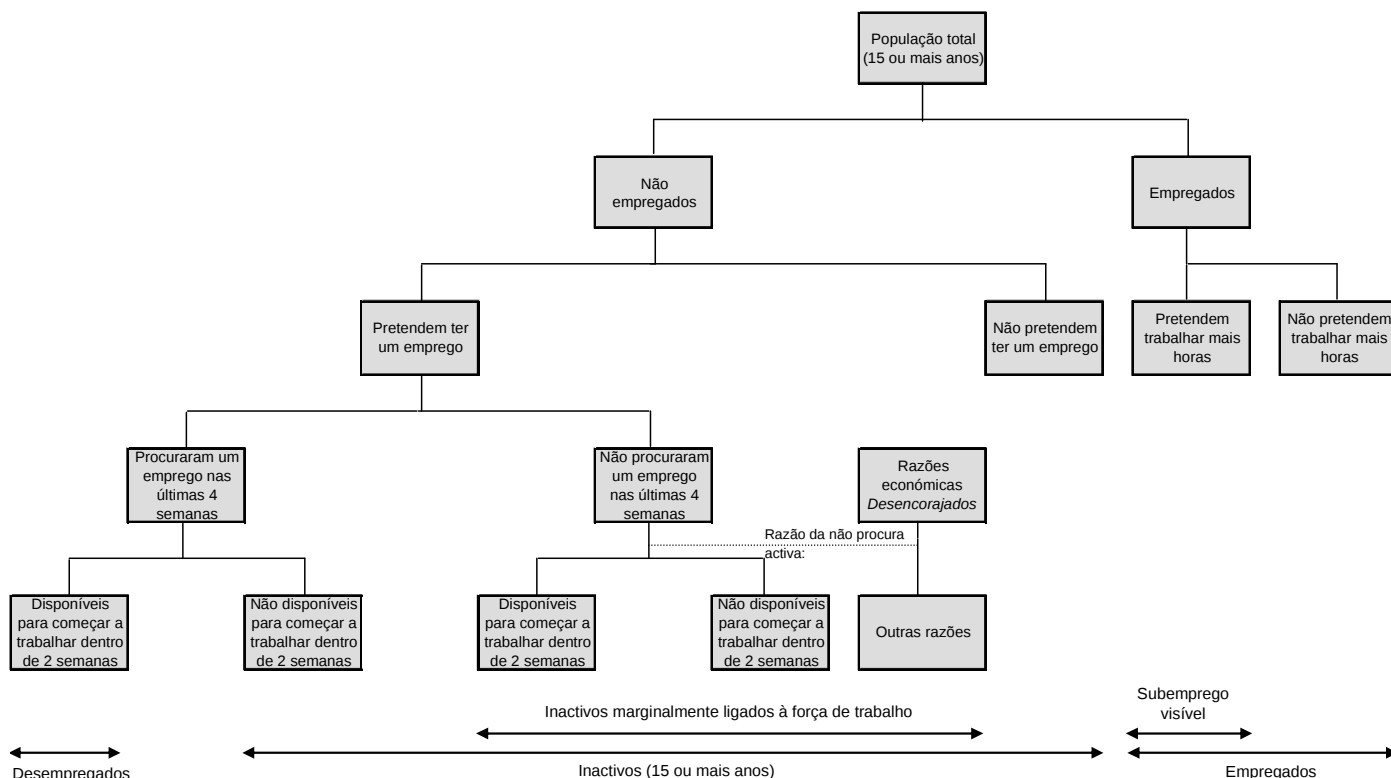
Tal como sucedia no caso dos inactivos marginalmente ligados à força de trabalho, bem como do subgrupo dos inactivos desencorajados, o subemprego visível é medido de forma diferente entre os vários países e tem subjacente conceitos também eles diferentes no tempo e no espaço. Em Portugal, o subemprego visível é formado

⁶ Em alguns países, como nos EUA ou na Nova Zelândia, para um indivíduo inactivo ser considerado marginalmente ligado à força de trabalho ou desencorajado terá de estar disponível para trabalhar. Noutros países, como no Reino Unido e em Portugal, esta restrição não faz parte da definição de desencorajado. Para manter este grupo de indivíduos como um subgrupo dos inactivos marginalmente ligados à força de trabalho, optou-se por não impor aquela restrição também a esta definição.

⁷ Consultar o conceito de desencorajado em vigor em Portugal no capítulo 4 desta publicação.

pelo conjunto de indivíduos empregados com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tinham um trabalho com duração habitual inferior à duração

normal do posto de trabalho e que declararam pretender trabalhar mais horas.



Em ambos os casos (inativos marginalmente ligados à força de trabalho e indivíduos empregados em situação de subemprego visível) é importante conhecer alguns elementos caracterizadores dos indivíduos, nomeadamente:

- a sua dimensão, em termos absolutos e relativos;

Podem utilizar-se as seguintes medidas:

- taxa de inativos marginalmente ligados à força de trabalho (%)** = $\frac{\text{inativos marginalmente ligados à força de trabalho}}{\text{empregados} + \text{desempregados} + \text{inativos marginalmente ligados à força de trabalho}} \times 100$
- taxa de desencorajados (%)** = $\frac{\text{inativos desencorajados}}{\text{empregados} + \text{desempregados} + \text{inativos desencorajados}} \times 100$
- taxa de subemprego visível (%)** = $\frac{\text{subemprego visível}}{\text{empregados} + \text{desempregados}} \times 100$
- a sua evolução, nomeadamente se descrevem um comportamento cíclico;
- a sua composição – perfil por sexo, grupo etário e nível de escolaridade completo, entre outros;
- o seu grau de ligação ao mercado de trabalho, de modo a verificar se estes indivíduos constituem, de facto, uma mão-de-obra potencial. Em particular,

verificar se os indivíduos que desejam trabalhar e não procuram emprego (inativos) têm comportamentos semelhantes àqueles que desejam trabalhar, procuram emprego e estão disponíveis (desempregados). Em caso afirmativo, é mais fácil aceitar que o critério da procura não é importante e que estes indivíduos devem ser adicionados ao número oficial de desempregados.

3. Medidas alternativas do desemprego

Considerando que os inativos marginalmente ligados à força de trabalho, incluindo o subgrupo dos inativos desencorajados, e que os empregados em situação de subemprego visível são formas de subaproveitamento da mão-de-obra, o *U.S. Bureau of Labor Statistics* (BLS) decidiu, em 1994, passar a publicar regularmente um conjunto de medidas alternativas da taxa de desemprego (medidas designadas por U-4, U-5 e U-6). Estas medidas são mais abrangentes do que a taxa de desemprego oficial (U-3) e são obtidas acrescentando sucessivamente os inativos desencorajados (U-4), os restantes inativos marginalmente ligados à força de trabalho (U-5) e o subemprego visível⁸ (U-6), no numerador, e, no caso dos

⁸ Em vez do subemprego visível, o BLS utiliza o número de trabalhadores involuntariamente a tempo parcial por razões económicas (tipificadas no inquérito).

inactivos, também no denominador⁹. O grau de abrangência do conceito de desemprego aumenta quando se passa da medida U-3 até à U-6.

- **U-3 (%)** = taxa de desemprego oficial = $[(\text{desempregados} / (\text{empregados} + \text{desempregados})) \times 100]$
- **U-4 (%)** = $[(\text{desempregados} + \text{inactivos desencorajados}) / (\text{empregados} + \text{desempregados} + \text{inactivos desencorajados})] \times 100$
- **U-5 (%)** = $[(\text{desempregados} + \text{inactivos marginalmente ligados à força de trabalho}) / (\text{empregados} + \text{desempregados} + \text{inactivos marginalmente ligados à força de trabalho})] \times 100$
- **U-6 (%)** = $[(\text{desempregados} + \text{inactivos marginalmente ligados à força de trabalho} + \text{subemprego visível}) / (\text{empregados} + \text{desempregados} + \text{inactivos marginalmente ligados à força de trabalho})] \times 100$

Em alternativa a U-4 e a U-6, a OCDE (1995) propôs o cálculo da seguinte medida da subutilização da mão-de-obra (*rate of labour market slack*):

- $[(\text{desempregados} + \text{inactivos desencorajados} + 0,5 \times \text{subemprego visível}) / (\text{empregados} + \text{desempregados} + \text{inactivos desencorajados})] \times 100$

O factor de 0,5 utilizado no subemprego visível resulta do facto de se considerar que estes indivíduos trabalham um número de horas que, sendo inferior ao que desejariam, não é nulo e, por essa razão, o seu trabalho não está a ser desaproveitado na totalidade. Sorrentino (1993) apresenta, a este propósito, um outro conjunto de sete medidas alternativas de desemprego, onde se atribui, por exemplo, ponderações diferentes consoante o indivíduo desempregado procure um emprego a tempo completo ou a tempo parcial, e onde se subtrai, no denominador, metade do subemprego visível. No essencial, são semelhantes às medidas do BLS, incluindo ajustes de precisão.

Por fim, é de salientar que, para além destas medidas, a medida do grau de subutilização dos recursos humanos de uma economia deve ser sempre complementada pela análise de pelo menos os seguintes indicadores convencionais (e dos rácios entre eles): taxa de actividade, taxa de emprego, taxa de desemprego de curta e de longa duração, taxa de desemprego de jovens e de adultos, taxa de desemprego de indivíduos por níveis de instrução e de medidas relacionadas com o número de horas trabalhadas.

⁹ Com efeito, se se considera que estes indivíduos inactivos são tão “próximos” dos desempregados que se acrescenta o seu número ao número de desempregados, então, há que fazer o devido ajustamento na população activa (que é formada pelos indivíduos empregados e desempregados) que figura no denominador. Não tem sido esta a prática, no entanto, que por vezes está subjacente a alguns indicadores que são calculados e apresentados pelos órgãos de Comunicação Social.

4. Os inactivos marginalmente ligados à força de trabalho e o subemprego visível em Portugal

4.1. Quantos são?

Em 2005, a população com 15 ou mais anos em Portugal era formada por 8 912,3 mil indivíduos. Destes, 5 122,6 estavam empregados, 422,3 mil estavam desempregados e 3 367,4 mil eram inactivos com 15 ou mais anos. Destes últimos, 92,3 mil (2,7% dos inactivos com 15 ou mais anos) eram inactivos marginalmente ligados à força de trabalho – indicaram que pretendiam trabalhar apesar de não terem procurado activamente um trabalho nas últimas quatro semanas (Quadro 1).

Quadro 1: Composição da população com 15 ou mais anos em 2005

	Milhares de indivíduos	%
População total com 15 ou mais anos	8 912,3	100,0
Empregados	5 122,6	57,5
Subemprego visível	60,9	0,7
Desempregados	422,3	4,7
Inactivos com 15 ou mais anos	3 367,4	37,8
Procuraram um emprego nas últimas 4 semanas	7,6	0,1
Não procuraram um emprego nas últimas 4 semanas	3 359,8	37,7
Pretendem ter um emprego - inactivos marginalmente ligados à força de trabalho	92,3	1,0
Estão disponíveis para começar a trabalhar dentro de 2 semanas (inactivos disponíveis)	75,5	0,8
Não estão disponíveis para começar a trabalhar dentro de 2 semanas	16,8	0,2
Razões da não procura		
Económicas* (inactivos desencorajados)	31,5	0,4
Outras razões	60,7	0,7
Não pretendem ter um emprego	3 267,6	36,7

Nota: * razões da não procura relacionadas com o mercado de trabalho: 1) considerar não ter idade apropriada; 2) considerar não ter instrução suficiente; 3) não saber como procurar; 4) considerar que não vale a pena procurar; 5) considerar que não há empregos disponíveis.

Cerca de um terço dos inactivos marginalmente ligados à força de trabalho (31,5 mil) eram inactivos desencorajados – indivíduos que não procuraram emprego pelas razões já apontadas relacionadas com o mercado de trabalho. Os restantes indivíduos inactivos marginalmente ligados à força de trabalho (60,7 mil) não procuraram emprego nas últimas quatro semanas, por razões pessoais, responsabilidades familiares, frequência de escola e/ou formação, razões relacionadas com transportes ou razões relacionadas com problemas de saúde e/ou incapacidade, entre outras. Comparando com o número médio de desempregados no mesmo ano (422,3 mil), o grupo dos inactivos marginalmente ligados à força de trabalho (desencorajados ou não) tem uma dimensão menor. A taxa de indivíduos marginalmente

ligados à força de trabalho era, em 2005, de 1,6% e a de desencorajados era de 0,6%.

Do número médio de empregados existentes em 2005 (5 122,6 mil indivíduos), 60,9 mil estavam em situação de subemprego visível, o que permite calcular uma taxa de subemprego visível de 1,1%.

4.2. Evolução nos últimos anos

No período de 1998 a 2005¹⁰, o desemprego médio anual diminuiu até 2000 e aumentou desde então até 2005 (Gráfico 1). Mesmo que os inactivos marginalmente ligados à força de trabalho (desencorajados ou não) e/ou os indivíduos em situação de subemprego visível fossem acrescentados ao número de desempregados, o sentido das variações anuais do “desemprego” resultante permaneceriam inalteradas. Além disso, o desemprego é sempre a componente mais expressiva deste conjunto de indivíduos (73,4%, em 2005).

A observação dos Gráficos 1 e 2 permite concluir que a taxa de inactivos marginalmente ligados à força de trabalho e de inactivos desencorajados não apresenta, em Portugal, um padrão temporal semelhante ao da taxa de desemprego. Por seu turno, a taxa de subemprego visível apresenta uma trajectória mais próxima da taxa de desemprego. A correlação entre a taxa de desemprego e cada um daqueles três indicadores revela isso mesmo:

- a correlação entre a taxa de desemprego e a taxa de inactivos marginalmente ligados à força de trabalho é quase nula (0,01). A taxa de indivíduos marginalmente ligados à força de trabalho tem sido estável nos últimos oito anos, não tendo acompanhado a subida do desemprego nos anos mais recentes;
- a correlação entre a taxa de desemprego e a taxa de desencorajados é positiva mas baixa (0,20). A taxa de desencorajados também tem sido estável desde 1998;

Tudo indica, portanto, que em Portugal o número de inactivos que pretendem ter um emprego, e o subgrupo dos inactivos desencorajados, parece ser insensível à evolução do desemprego, não apresentando o comportamento anti-cíclico observado noutros países.

- a correlação entre a taxa de desemprego e a taxa de subemprego visível é mais elevada (0,46), mas ainda baixa: a taxa de subemprego visível tende a aumentar quando a taxa de desemprego aumenta mas a força desta relação não é muito nítida.

Gráfico 1: Desempregados, inactivos marginalmente ligados à força de trabalho e indivíduos em situação de subemprego visível

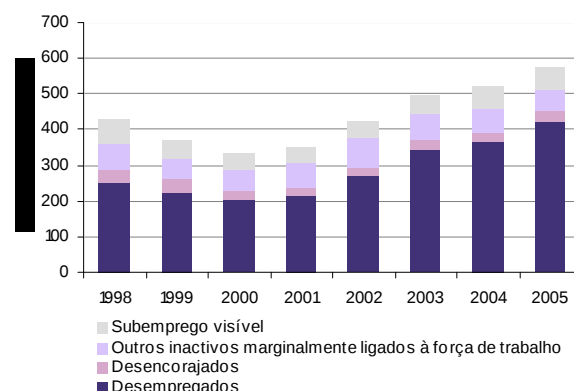
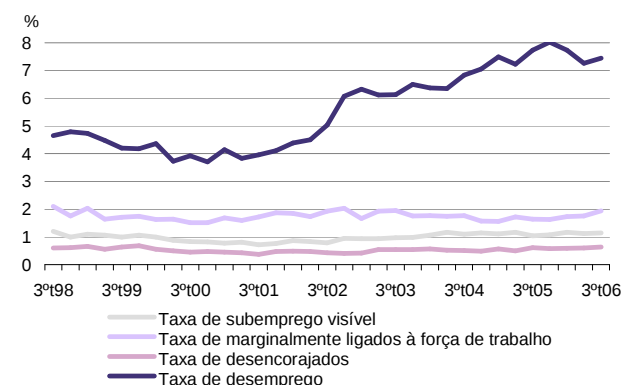


Gráfico 2: Taxa de desemprego, de inactivos marginalmente ligados à força de trabalho, de desencorajados e de subemprego visível



4.3. Como são?

Adicionar o número de indivíduos marginalmente ligados à força de trabalho (desencorajados ou não) e/ou os indivíduos empregados em situação de subemprego visível aos desempregados e interpretar o total como uma medida do trabalho não utilizado, como fazem as várias medidas alternativas de desemprego, tem subjacente a hipótese de estes indivíduos terem características semelhantes às dos desempregados. Mas, terão, de facto, estes indivíduos as mesmas características dos desempregados? Terão também as mesmas probabilidades de transição para o emprego (ou para as formas de emprego mais desejadas, no caso do subemprego visível) que os desempregados?

Em Portugal, no período de 1998 a 2005, os grupos de indivíduos em causa têm efectivamente uma composição demográfica diferente da dos activos e da dos desempregados. Os três grupos de indivíduos analisados (inactivos marginalmente ligados à força de trabalho – total ou apenas os desencorajados – e o subemprego visível) caracterizam-se, antes de mais, por terem (Quadro 2):

¹⁰ O Inquérito ao Emprego sofreu uma alteração metodológica no 1º trimestre de 1998. Por essa razão, as séries de dados analisadas serão apenas as iniciadas nesse trimestre.

- maiores proporções (comparando com a população activa e desempregada) de mulheres (65,1%, 69,5% e 69,8%, respectivamente, em média no período de 1998 a 2005, contra 45,7% na população activa e 54,1% na população desempregada);
- maiores proporções de jovens (24,1%, 18,9% e 14,8%, respectivamente) do que na população activa (12,2%), mas menores do que na população desempregada (26,4%);
- maiores proporções de indivíduos com, no máximo, ensino básico (81,2%, 90,0% e 78,8%, contra 76,7% na população activa e 76,1% na população desempregada).

Estes grupos populacionais – mulheres, jovens e indivíduos com menor escolaridade – caracterizam-se, em geral, também por terem taxas de actividade e de emprego abaixo da média e taxas de desemprego acima da média.

69,8% dos inactivos marginalmente ligados à força de trabalho mantêm-se inactivos no trimestre seguinte. Mais de um quinto deixa de pretender um emprego

Um dos argumentos habitualmente invocados para a inclusão dos inactivos marginalmente ligados à força de trabalho (todos ou apenas os desencorajados) e/ou do subemprego visível no número dos desempregados, assenta na observação da existência de ligações intermitentes, mas fortes, destes indivíduos ao mercado de trabalho, pondo-o à prova periodicamente e transitando para a actividade (seja sob a forma de empregado ou de desempregado) quando acreditam que existem empregos disponíveis. No entanto, alguns números obtidos a partir do Inquérito ao Emprego, para Portugal, permitem chegar a uma conclusão ligeiramente diferente. Apesar de alguns daqueles indivíduos estarem vigilantes quanto ao surgimento de oportunidades, outros parecem estabelecer contactos concretos com o mercado de trabalho mais escassos. Para avaliar aquele grau de ligação ao mercado de trabalho, foram analisados os seguintes elementos:

- taxas de transição para a actividade, obtidas através da análise de fluxos trimestrais de indivíduos entre estados do mercado de trabalho;
- a história recente destes indivíduos, nomeadamente o tempo decorrido desde o último emprego e as razões de abandono do último emprego;
- o esforço de procura de emprego levado a cabo durante o ano que precedeu a entrevista.

A análise da distribuição dos indivíduos em cada estado do mercado do trabalho (Quadro 3) no 2º trimestre de 2006, pelos estados em que se encontravam no trimestre seguinte (3º trimestre de 2006), permite verificar que os inactivos que diziam pretender um emprego embora não procurassem, sejam desencorajados ou outros inactivos

marginalmente ligados à força de trabalho, não têm uma ligação tão forte ao mercado de trabalho como muitas vezes se pretende mostrar.

Dos indivíduos que eram inactivos marginalmente ligados à força de trabalho no 2º trimestre de 2006, 30,3% regressaram à actividade no trimestre seguinte (9,7%, como empregados, e 20,4%, como desempregados – passando a procurar activamente um emprego) e 21,8% deixaram de pretender ter um emprego. As transições para a actividade são menores entre os inactivos desencorajados do que nos restantes inactivos marginalmente ligados à força de trabalho:

- 19,3% dos inactivos desencorajados transitaram, no espaço de um trimestre, para a população activa (7,5% encontraram um emprego e 11,8% transitaram para o desemprego) e 14,4% revelaram ter deixado de pretender um emprego.
- 35,9% dos outros inactivos marginalmente ligados à força de trabalho transitaram para a população activa (10,9% para o emprego e 25,0% para o desemprego), mas 25,7% deixaram de pretender um emprego.

Estes resultados indicam que as outras razões apontadas, para além das relacionadas com o mercado de trabalho, para a não procura activa de um emprego, são porventura mais fáceis de ultrapassar.

Entre os restantes indivíduos inactivos (que não desejam ter um emprego), verifica-se que apenas 2,6% transitam para um estado de actividade, no trimestre seguinte, e que 96,7% continuaram a declarar não pretender um emprego.

Estes dados revelam que a frequência das transições trimestrais para a força de trabalho (quer para o emprego, quer para o desemprego), é muito diferente entre os inactivos desencorajados, os restantes inactivos marginalmente ligados à força de trabalho e os inactivos que não pretendem ter um emprego, o que permite concluir que a população inactiva em Portugal é heterogénea. Por essa razão, é útil acompanhar os vários grupos que a compõem.

No entanto, também permitem concluir que o grau de ligação dos inactivos ao mercado de trabalho, mesmo sendo diferente entre os seus vários subgrupos, difere dos desempregados: entre os indivíduos inicialmente desempregados, a percentagem daqueles que permanecem na população activa, no espaço de um trimestre (84,8%), é bastante superior à proporção de indivíduos que transitam para a actividade em qualquer grupo de inactivos referido. Além disso, a proporção dos que deixam de pretender ter um emprego desce, no caso dos desempregados, substancialmente (para 10,3%).

A estes resultados acresce que a experiência de trabalho dos indivíduos desempregados, no trimestre subsequente, é maior do que a dos inactivos desencorajados ou

marginalmente ligados à força de trabalho (14,1% dos desempregados e apenas 7,5% dos desencorajados e 9,7% dos marginalmente ligados à força de trabalho transitam para um emprego no trimestre seguinte). Além disso, enquanto 70,7% dos desempregados continuam à procura de emprego no trimestre seguinte, apenas 20,4% dos inactivos marginalmente ligados à força de trabalho passam a procurar um emprego (11,8% e 25,0%, respectivamente, no caso dos inactivos desencorajados e dos outros inactivos marginalmente ligados à força de

trabalho). No caso dos restantes inactivos, esta percentagem desce substancialmente, para 1,6%. Estes resultados, embora obtidos com base nas transições observadas apenas entre os dois trimestres mais recentes, indicam que estes grupos de inactivos têm um comportamento de procura diferente do dos desempregados, o que equivale a dizer que o critério da procura é importante na definição de desemprego.

Quadro 2: Activos, empregados, desempregados e inactivos (15 ou mais anos) por sexo, grupo etário e nível de escolaridade completo (valores médios de 1998 a 2005)

	Unidade	Total	Homens	Mulheres	15-24 anos	25-54 anos	55 ou mais anos	Até básico - 3º ciclo	Secundário	Superior
Activos	10 ³ ind.	5 335,5	2 898,1	2 437,4	652,0	3 783,4	900,1	4 094,0	675,8	565,7
	%	100,0	54,3	45,7	12,2	70,9	16,9	76,7	12,7	10,6
Empregados	10 ³ ind.	5 048,4	2 766,4	2 282,0	576,3	3 596,9	875,2	3 875,5	633,8	539,1
	%	100,0	54,8	45,2	11,4	71,2	17,3	76,8	12,6	10,7
Subemprego visível	10 ³ ind.	53,4	16,2	37,3	7,9	39,0	6,5	42,1	4,9	6,4
	%	100,0	30,2	69,8	14,8	73,0	12,2	78,8	9,1	12,0
Desempregados	10 ³ ind.	287,1	131,7	155,4	75,7	186,5	24,9	218,5	42,0	26,7
	%	100,0	45,9	54,1	26,4	65,0	8,7	76,1	14,6	9,3
Inactivos (15 ou mais)	10 ³ ind.	3 340,7	1 241,2	2 099,5	766,9	649,1	1 924,7	2 898,4	355,9	86,3
	%	100,0	37,2	62,8	23,0	19,4	57,6	86,8	10,7	2,6
Inactivos marginalmente ligados à força de trabalho	10 ³ ind.	96,7	33,7	62,9	23,3	62,8	10,5	78,5	12,2	6,0
	%	100,0	34,9	65,1	24,1	65,0	10,9	81,2	12,6	6,2
Inactivos desencorajados	10 ³ ind.	28,8	8,8	20,0	5,5	18,0	5,3	25,9	2,4	0,5
	%	100,0	30,5	69,5	18,9	62,5	18,6	90,0	8,3	1,9
Outros inactivos (15 ou mais)	10 ³ ind.	3 244,0	1 207,5	2 036,5	743,6	586,3	1 914,1	2 819,9	343,8	80,4
	%	100,0	37,2	62,8	22,9	18,1	59,0	86,9	10,6	2,5
Taxa de actividade	%	61,4	69,9	53,7	45,7	85,4	31,9	58,5	65,4	86,7
Taxa de emprego	%	58,1	66,7	50,3	40,4	81,1	31,0	55,4	61,4	82,7
Taxa de desemprego	%	5,4	4,5	6,4	11,6	4,9	2,8	5,3	6,2	4,7

Quadro 3: Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % do estado inicial)

		Unidade: %									
2ºt2006	3ºt2006	A	A.1	A.2	B	C	C.1	C.1.1	C.1.2	C.2	Total 2ºt2006
Emprego	A	98,0	1,1	96,8	1,0	1,0	0,3	0,0	0,2	0,8	100,0
Subemprego visível	A.1	96,1	84,3	11,7	1,6	2,3	0,9	0,0	0,9	1,5	100,0
Outras situações	A.2	98,0	0,1	97,9	1,0	1,0	0,3	0,0	0,2	0,8	100,0
Desemprego	B	14,1	1,2	12,9	70,7	15,2	4,9	1,2	3,7	10,3	100,0
Inactividade (15 ou mais anos)	C	1,3	0,0	1,3	2,2	96,5	2,1	0,9	1,2	94,4	100,0
Inactivos marginalmente ligados à força de trabalho	C.1	9,7	0,1	9,7	20,4	69,8	48,0	24,6	23,4	21,8	100,0
Desencorajados	C.1.1	7,5	0,0	7,5	11,8	80,7	66,3	54,3	12,0	14,4	100,0
Outros inactivos marginalmente ligados à força de trabalho	C.1.2	10,9	0,1	10,8	25,0	64,0	38,4	9,0	29,4	25,7	100,0
Outras situações	C.2	1,0	0,0	1,0	1,6	97,4	0,7	0,2	0,5	96,7	100,0
Total 3ºt2006		58,3	0,7	57,6	4,5	37,2	1,2	0,4	0,8	36,0	100,0

Em síntese, e a avaliar pelos resultados das transições observadas apenas entre o 2º e o 3º trimestres de 2006¹¹, parece ser reduzida a ligação ao mercado de trabalho dos inactivos que dizem pretender ter um emprego (sobretudo no caso dos desencorajados) quando comparada com a dos desempregados, embora ela seja maior do que a dos restantes inactivos. Este comportamento é idêntico ao observado noutros países, como é o caso dos EUA e do Canadá (Castillo, 1996; Jones e Riddell, 1999). Há duas interpretações possíveis sugeridas para este resultado:

- os indivíduos tendem a sobrevalorizar o seu desejo de trabalhar quando confrontados com esta questão, uma vez que essa resposta é a “socialmente aceitável”;
- as barreiras ao emprego (apercebidas ou reais) destas pessoas podem ser de tal ordem que elas se mantêm naquela situação por períodos prolongados.

Em consequência, o desejo revelado de ter um emprego não é um predictor da participação subsequente na força de trabalho tão robusto como o da procura activa, devendo este permanecer como um dos critérios a considerar na definição de desempregado.

A este propósito, é importante salientar os resultados de um estudo realizado por Centeno e Fernandes (2004), para Portugal, com base num período de observação de transições trimestrais mais antigo mas mais alargado (de 1992 a 2003). Neste estudo, procedeu-se à realização de testes estatísticos sobre a igualdade entre dois estados da inactividade (“inactivos na margem”¹² e restantes inactivos) e dos “inactivos na margem” com o desemprego, a partir dos fluxos condicionais (controlando para um conjunto de características observadas dos indivíduos). Os autores concluíram, à semelhança dos resultados aqui apresentados, que, por um lado, a inactividade é um estado heterogéneo e que, por outro, os “inactivos na margem” constituem um estado distinto do estado de desemprego (embora estes dois estados sejam mais próximos, no caso dos homens).

Quanto aos indivíduos empregados em situação de subemprego visível, verifica-se que 84,3% permanecem nessa situação no trimestre seguinte e 11,7% transitam para uma outra forma de emprego. Também é importante salientar que 96,1% daqueles indivíduos permanecem empregados no trimestre seguinte, um pouco abaixo dos 98,0% observados para as restantes situações no emprego, 2,3% transitam para o desemprego (contra 1,0%) e 2,3% transitam para a inactividade (contra 1,0%).

¹¹ Uma análise semelhante, mas conduzida para os 2 pares de trimestres anteriores (4t05-1t06 e 1t06-2t06) permite chegar a conclusões semelhantes.

¹² Este conceito, todavia, não corresponde exactamente ao conceito adoptado neste texto para “inactivo marginalmente ligado à força de trabalho”, tendo sido acrescentado o critério da disponibilidade para trabalhar.

Pequena experiência recente de trabalho (dos inactivos)

A análise de mais alguns dados do Inquérito ao Emprego para os últimos anos permite ainda concluir que a experiência recente de trabalho dos inactivos marginalmente ligados à força de trabalho e, em particular, dos inactivos desencorajados é pequena ou inexistente. Em média no período de 1998 a 2005, 82,2% dos inactivos marginalmente ligados à força de trabalho e 81,7% do subgrupo dos inactivos desencorajados revelaram que já tiveram um emprego (Quadro 4), quando a mesma percentagem ascendia a 86,5% no caso dos desempregados. Daqueles, 76,2%, no primeiro caso, e 84,5%, no segundo, revelaram ter tido um emprego há um ano ou mais, sendo que uma fracção substancial de indivíduos (17,9% e 27,7%, respectivamente) referiu mesmo já ter decorrido mais de cinco anos desde o último emprego. No caso dos desempregados, estas percentagens eram muito menores (71,4% e 9,6%, respectivamente).

Entre aqueles que perderam um emprego há menos de um ano, 79,9% dos inactivos marginalmente ligados à força de trabalho e 81,8% dos inactivos desencorajados perderam-no por razões económicas.

Pequeno esforço de procura de trabalho (dos inactivos)

É frequentemente admitido que os indivíduos inactivos que pretendem trabalhar mas que não procuram trabalho (sobretudo, o subgrupo dos inactivos desencorajados) desistiram de procurar trabalho na sequência de várias tentativas falhadas. Embora esta constatação só possa ser avaliada em detalhe mediante o recurso a inquéritos pormenorizados especialmente concebidos para o efeito, o Inquérito ao Emprego em Portugal inclui uma pergunta, sobre a procura activa nos últimos três meses, que permite avaliar o esforço de contacto com o mercado de trabalho por parte destes indivíduos. O que se conclui da análise dos resultados das respostas a esta pergunta, em Portugal, pelo menos nos últimos anos, é que os esforços de procura são pequenos. Na verdade, 66,4% dos inactivos marginalmente ligados à força de trabalho e 75,6% dos inactivos desencorajados revelaram não ter procurado emprego ao longo dos últimos três meses. Estas percentagens são muito superiores à registada para os desempregados (19,1%).

Em síntese, os três vectores de análise convergem na conclusão de que, apesar de indicarem desejar ter um emprego, os indivíduos inactivos na fronteira da população activa fazem poucos esforços no sentido de converter esse desejo numa busca activa de um emprego concreto. Esta constatação, semelhante a resultados obtidos para outros países (Flaim, 1984), suporta a prática corrente de não se incluírem, nem os inactivos marginalmente ligados à força de trabalho, nem os inactivos desencorajados, na população activa, bem como

a recomendação da *National Commission on the Employment and Unemployment Statistics* de limitar a classificação de desencorajado apenas aos indivíduos que realizaram algum esforço de procura num período

anterior à semana de referência da entrevista (seis meses, um ano, ou outro).

Quadro 4: Inactivos e desempregados por data do último emprego e razões da perda do emprego (valores médios de 1998 a 2005)

Unidade: Milhares de indivíduos

	Inactivos marginalmente ligados à força de trabalho				Outros inactivos (15 ou mais anos)		Desempregados	
	Total		Inactivos desencorajados					
	Milhares de indivíduos	%	Milhares de indivíduos	%	Milhares de indivíduos	%	Milhares de indivíduos	%
Total	96,7	100,0	28,8	100,0	3 340,9	100,0	287,0	100,0
Já trabalhou?								
Não	17,2	17,8	5,3	18,3	1 122,8	33,6	41,9	14,6
Sim	79,5	82,2	23,5	81,7	2 217,9	66,4	245,1	85,4
Escalão de tempo decorrido desde o último emprego								
Mais de 5 anos	14,2	17,9	6,5	27,7	1 611,5	72,7	23,4	9,6
1 a 5 anos	46,4	58,3	13,4	56,8	524,2	23,6	151,6	61,8
Menos de 1 ano	18,9	23,7	3,8	16,0	82,1	3,7	70,0	28,6
Perdeu o emprego pelas seguintes razões								
Razões económicas (a)	15,1	79,9	3,1	81,8	40,1	48,8	60,6	86,5
Outras razões (b)	3,8	20,1	0,7	18,2	42,0	51,2	9,5	13,5
Procurou trabalho nos últimos 3 meses?								
Não	64,2	66,4	21,8	75,6	3 293,4	98,6	54,8	19,1
Sim	32,5	33,6	7,0	24,4	47,2	1,4	232,2	80,9

Notas:

(a): despedimento colectivo/encerramento da empresa, despedimento individual, rescisão por mútuo acordo, demissão, fim de um trabalho com duração limitada, fim de um negócio pessoal.

(b): razões familiares (necessidade de cuidar de crianças, de pessoas incapacitadas ou de idosos, alteração de residência ou outras razões pessoais ou familiares), educação (estudo ou formação), saúde (doença ou incapacidade profissional), reforma (antecipada ou por velhice) ou outras razões.

4.4. Medidas alternativas à taxa de desemprego oficial

A taxa de desemprego oficial média estimada para o período de 1998 a 2005 foi de 5,4% (Quadro 5). Se se acrescentar o número de inactivos desencorajados (U-4) ao número de desempregados obtido segundo a definição oficial, a taxa sofre um aumento de 0,5 p.p., para 5,9%. Se se adicionar o número de todos os inactivos marginalmente ligados à força de trabalho (U-5), a taxa de desemprego sobe 1,7 p.p., para 7,1%. Se, além destes, se incluir também o subemprego visível (U-6), a taxa sobe 2,6 p.p., passando para 8,0%. A medida alternativa proposta pela OCDE (1995), uma vez que considera todos os desencorajados mas apenas metade do subemprego visível, dista 1,0 p.p. da medida oficial.

Os grupos populacionais mais afectados por taxas de desemprego elevadas continuam a ser os mesmos, se utilizadas as medidas alternativas de desemprego: as mulheres, os jovens e os indivíduos menos qualificados.

Quadro 5: Taxa de desemprego oficial e medidas alternativas de desemprego por sexo, grupo etário e nível de escolaridade completo (valores médios de 1998 a 2005)

Unidade: %

	Taxa de desemprego oficial	U-4	U-5	U-6	OCDE-1995
Total	5,4	5,9	7,1	8,0	6,4
Sexo					
Homens	4,5	4,8	5,6	6,2	5,1
Mulheres	6,4	7,1	8,7	10,2	7,9
Grupo etário					
15-24 anos	11,6	12,3	14,7	15,8	12,9
25-54 anos	4,9	5,4	6,5	7,5	5,9
55 e mais anos	2,8	3,3	3,9	4,6	3,7
Nível de escolaridade completo					
Até básico - 3º ciclo	5,3	5,9	7,1	8,1	6,4
Secundário	6,2	6,5	7,9	8,6	6,9
Superior	4,7	4,8	5,7	6,8	5,4

Por fim, a análise de cada um dos quatro indicadores alternativos de desemprego revela uma trajetória idêntica à da taxa de desemprego oficial. Os momentos em que ocorreram os valores máximos e mínimos, a configuração dos ciclos descritos pelos diferentes indicadores e o sentido das variações infra-anuais permanecem inalterados, independentemente da medida utilizada (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3: Taxa de desemprego oficial e medidas alternativas de desemprego (U-4, U-5 e U-6)

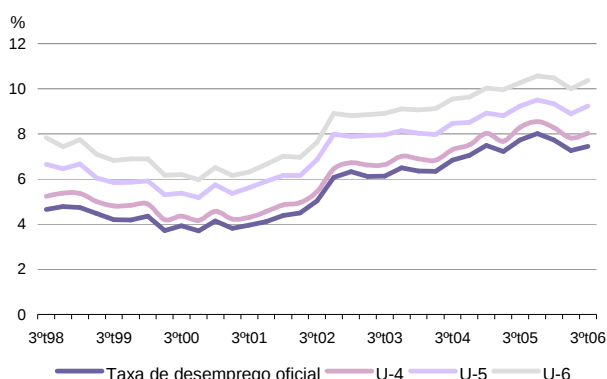
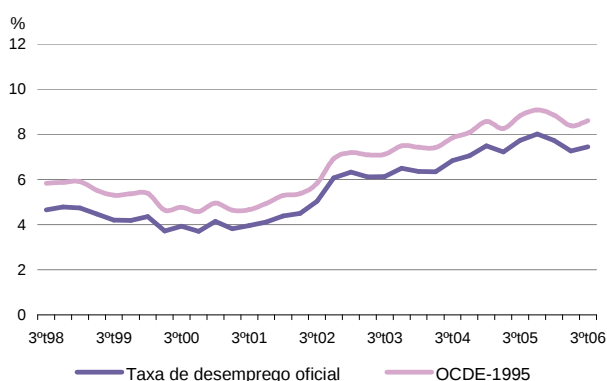


Gráfico 4: Taxa de desemprego oficial e medida alternativa de desemprego (OCDE-1995)



5. Conclusões

Da análise aqui conduzida para Portugal, nos últimos anos, podem extrair-se as seguintes conclusões:

1. Os inactivos marginalmente ligados à força de trabalho (desencorajados ou não) e os indivíduos em situação de subemprego visível constituem grupos populacionais de dimensão relativamente reduzida quando comparada com a dos desempregados. Em consequência, o desemprego é sempre a maior componente da taxa de desemprego, seja qual for a medida alternativa à taxa de desemprego oficial considerada.
2. Os inactivos marginalmente ligados à força de trabalho, os inactivos desencorajados e os indivíduos em situação de subemprego visível estão mais concentrados, do que os desempregados, em

determinados grupos populacionais – mulheres, jovens e indivíduos com menor escolaridade – os quais são caracterizados por taxas de actividade e de emprego baixas e por taxas de desemprego elevadas. Em consequência, têm menores probabilidades de transitar para o emprego do que os desempregados.

3. A análise da evolução da taxa de indivíduos marginalmente ligados à força de trabalho e da taxa de desencorajados, pelo menos nos anos mais recentes, revela uma relativa estabilidade, ao contrário do sucedido com a taxa de desemprego. Apenas a taxa de subemprego visível apresenta uma evolução um pouco mais próxima da taxa de desemprego.
4. Os inactivos marginalmente ligados à força de trabalho e, em particular, os desencorajados, não parecem ser muito “próximos” do mercado de trabalho (as reentradas na população activa são relativamente baixas e os contactos estabelecidos com o mercado de trabalho não são muito frequentes). O subemprego visível, por seu turno, é um fenómeno algo temporário (uma parte substancial dos indivíduos nesta situação transita para outra forma de emprego no trimestre seguinte).
5. A inclusão destes indivíduos numa medida alternativa da taxa de desemprego não altera as conclusões sobre a evolução cíclica da taxa de desemprego nos últimos anos (a correlação entre a taxa de desemprego e cada uma das medidas alternativas de desemprego é muito elevada).

Em geral, é consensual que os inactivos que pretendem ter um trabalho entram e saem da população activa (tal como os indivíduos em situação de subemprego visível transitam para as outras formas de emprego que desejam) em função de alterações nas suas características pessoais e das condições económicas. Por essa razão, além de se conhecerem as características dos indivíduos pertencentes à força de trabalho, há um interesse crescente em conhecer as características desta oferta potencial de mão-de-obra, mas também de descrever as suas ligações ao mercado de trabalho.

A análise aqui realizada para Portugal, nos últimos anos, permite concluir que essas ligações ao mercado de trabalho são, na verdade, mais escassas do que o que seria necessário para ser considerada a opção de incluir estes indivíduos na taxa de desemprego oficial. No entanto, também mostrou que a população inactiva inclui subgrupos heterogêneos de indivíduos, o que torna importante o acompanhamento regular destes agregados bem como a consideração da desagregação do estado “inactividade” nas análises de fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho.

Por fim, é importante salientar que a taxa oficial de desemprego, quando comparada com as medidas alternativas, apresenta as seguintes vantagens:

- assenta em conceitos e metodologias de cálculo que estão estabilizados há mais tempo. Em Portugal, independentemente dos limites etários, que foram variando no tempo, a definição actual de desempregado está em vigor desde o 2º trimestre de 1983;
- é mais objectiva, por não envolver conceitos subjectivos e não harmonizados internacionalmente sobre inactivos marginalmente ligados à força de trabalho, inactivos desencorajados e subemprego visível, sendo também a única que é perfeitamente comparável entre os vários países que produzem estatísticas do desemprego a partir de inquéritos às forças de trabalho;
- permite chegar a trajectórias cíclicas da taxa de desemprego, em Portugal, idênticas às que se obteriam utilizando qualquer uma das medidas alternativas de desemprego (apesar dos níveis serem diferentes), uma vez que envolve um número de desempregados que representa, se utilizada qualquer outra medida, a maior componente, e porque é esta a componente que evidencia um comportamento cíclico.

6. Referências

Castillo, Monica D. 1998. "Persons outside the labor force who want a job". *Monthly Labor Review*, Julho, p.p. 34-42.

Centeno, M. e P. A. Fernandes. 2004. "Heterogeneidade no mercado de trabalho: o que distingue desemprego e inactividade". *Boletim Económico do Banco de Portugal*, Março, p.p. 63-71.

Flaim, Paul O. 1984. "Discouraged workers: how strong are their links to the job market?". *Monthly Labor Review*, Agosto, p.p. 8-11.

Jones, Stephan R. G. e W. Craig Riddell. 1999. "The measurement of unemployment: an empirical approach.". *Econometrica*, Vol. 67, Nº 1, p.p. 147-62.

Kodrzycki, Yolanda K. 2000. "Discouraged and other marginally attached workers: evidence on their role in the labor market". *New England Economic Review*, Maio-Junho, p.p. 35-40.

National Commission on Employment and Unemployment. 1979. *Counting the labor force*. Washington: Government Printing Office.

OCDE. 1995. "Supplementary measures of labour market slack: an analysis of discouraged workers and involuntary part-time workers". *Employment Outlook*. Julho, p.p. 43-97.

Sorrentino, C. 1993. "International comparisons of unemployment indicators". *Monthly Labor Review*, Março, p.p. 3-24.

“Tema em análise” já publicados nas *Estatísticas do Emprego*

1º trimestre 2006	O Inquérito ao Emprego: o que é e para que serve? Maria José Correia e Francisco Lima
2º trimestre 2006	A avaliação do desemprego pelo Inquérito ao Emprego Maria José Correia e Francisco Lima

LISTA de Publicações

Algumas Publicações Editadas

PORTUGAL		
	Assin.	Avulso
1	€ 1,96	€ 0,49
2	€ 5,88	€ 0,49
3	€ 1,20	€ 1,20
4	€ 1,20	€ 1,20
5	€ 14,40	€ 1,20
6	€ 4,80	€ 1,20
7	€ 1,20	€ 1,20
8	€ 14,40	€ 1,20
9	€ 2,40	€ 1,25
10	€ 2,75	€ 2,75
11	€ 11,00	€ 2,75
12	€ 2,75	€ 2,75
ESPAÑA		
	Assin.	Avulso
1	€ 4,40	€ 1,10
2	€ 13,20	€ 1,10
3	€ 2,10	€ 2,10
4	€ 2,10	€ 2,10
5	€ 25,20	€ 2,10
6	€ 14,00	€ 3,50
7	€ 3,50	€ 3,50
8	€ 42,00	€ 3,50
9	€ 7,00	€ 3,50
10	€ 5,90	€ 5,90
11	€ 23,60	€ 5,90
12	€ 9,20	€ 9,20
EUROPA		
	Assin.	Avulso
1	€ 4,48	€ 1,12
2	€ 13,44	€ 1,12
3	€ 2,15	€ 2,15
4	€ 2,15	€ 2,15
5	€ 25,80	€ 2,15
6	€ 14,40	€ 3,60
7	€ 3,60	€ 3,60
8	€ 43,20	€ 3,60
9	€ 7,20	€ 3,60
10	€ 6,00	€ 6,00
11	€ 24,00	€ 6,00
12	€ 9,35	€ 9,35
RESTO DO MUNDO		
	Assin.	Avulso
1	€ 7,20	€ 1,80
2	€ 21,60	€ 1,80
3	€ 3,40	€ 3,40
4	€ 3,40	€ 3,40
5	€ 40,80	€ 3,40
6	€ 23,00	€ 5,75
7	€ 5,75	€ 5,75
8	€ 69,00	€ 5,75
9	€ 11,50	€ 5,75
10	€ 12,35	€ 12,35
11	€ 49,40	€ 12,35
12	€ 20,30	€ 20,30

ESTATÍSTICAS MULTITEMÁTICAS

AVULSO

*

Anuário Estatístico de Portugal 2004 (Papel/CD-ROM)	46,00 €	11
Boletim Mensal de Estatística 2005 (x 12)	8,40 €	5
Atlas das Cidades de Portugal - Vol. II	60,00 €	12
Anuário Estatístico da Região Lisboa 2004	21,00 €	9
Anuário Estatístico da Região Algarve 2004	18,00 €	9
Anuário Estatístico da Região Alentejo 2004	21,00 €	9
Anuário Estatístico da Região Centro 2004	26,00 €	9
Anuário Estatístico da Região Norte 2004	27,00 €	9
Retrato Territorial de Portugal 2004 (Papel/CD-ROM)	50,00 €	9

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Estatísticas do Ambiente 2004

8,00 €

6

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

Revista de Estudos Demográficos N° 39 (Semestral)	15,00 €	6
Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 2004	15,50 €	7
Inquérito de Qualidade dos Censos 2001	18,00 €	10
Antecedentes, Metodologia, Conceitos dos Censos 2001	20,00 €	10
Censos 2001 - Resultados Definitivos - Portugal	65,00 €	12
Censos 2001 - Resultados Definitivos - Lisboa	29,00 €	10
Censos 2001 - Resultados Definitivos - Norte	42,00 €	12
Censos 2001 - Resultados Definitivos - Centro	40,00 €	12
Censos 2001 - Resultados Definitivos - Algarve	15,00 €	10
Censos 2001 - Resultados Definitivos - Alentejo	29,00 €	12
Censos 2001 - Resultados Definitivos - Madeira	15,00 €	10
Censos 2001 - Resultados Definitivos - Açores	23,00 €	10
Estimativas Provisórias de População Residente 2004 (CD-ROM)	7,50 €	3
Projeções de População Residente, Portugal, 2000 a 2050	20,00 €	10
Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio 2004	7,50 €	4
Indicadores Sociais 2004	13,00 €	6
Estatísticas Demográficas 2004 (Papel/CD-ROM)	30,00 €	9

ECONOMIA E FINANÇAS

C.A.E. -Índice Alfabético Rev. 2.1.	28,40 €	10
Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE-Rev.2.1)	28,40 €	10
Estatísticas das Empresas 2004	18,00 €	9

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Estatísticas do Comércio Internacional 2003

27,50 €

10

AGRICULTURA, FLORESTA E PESCA

Estatísticas da Pesca 2005	8,00 €	6
Estatísticas Agrícolas 2005	12,00 €	6
Estatísticas Agro-Ambientais-Práticas Agrícolas em Pomares 2002	5,00 €	3
Inquérito à Floricultura 2002	4,50 €	3

INDÚSTRIA, ENERGIA E CONSTRUÇÃO

Estatísticas da Construção e Habitação 2005	8,00 €	6
Estatísticas da Produção Industrial 2004	11,00 €	6
Classificação Portuguesa das Construções (CC-PT)	2,50 €	3
Dinâmica de Construção na Grande Área Metropolitana do Porto 1995-2003	12,00 €	7

SERVIÇOS

Estatísticas do Turismo 2005	12,70 €	9
Estatísticas dos Transportes 2004	20,00 €	10
O Perfil das Grandes Unidades Comerciais em Portugal 1993-2001	29,90 €	10